

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia



**“A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CAMPO DA GESTÃO E ELABORAÇÃO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS”**

Aluna: Camila Ramos Verdun

Matricula: 08000604

RA: 00034657

São Paulo

2012

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

**“A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CAMPO DA GESTÃO E ELABORAÇÃO
DAS POLÍTICAS PÚBLICAS”**

Trabalho de conclusão de curso
realizado como exigência da
Faculdade de Psicologia da
Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo, sob orientação da
Prof. Marilda Ribeiro.

Camila Ramos Verdun

São Paulo

2012

AGRADECIMENTOS

Muito obrigada a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma com esta produção, seja com ajudas mais técnicas, conversas norteadoras, palavras de apoio e incentivo, bons ouvidos ou simplesmente boas intenções. Em especial, agradeço a minha supervisora Marilda, ao meu supervisor informal Carlos, aos meus entrevistados e as professoras Graça e Elisa, que me deram dicas importantes e me auxiliaram no contato com possíveis entrevistados.

Mãe, um agradecimento eterno a você que sempre me deu forças para permanecer e me formar nesta faculdade.

Título: “A atuação do psicólogo no campo da gestão e elaboração das políticas públicas” (2012)

Aluno(a): Camila Ramos Verdun

Professor(a): Marilda Ribeiro

RESUMO:

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em uma pesquisa exploratória que busca realizar uma sondagem da atuação do profissional psicólogo na elaboração e gestão de políticas públicas, tendo como objetivo compreender em que consiste essa atuação e como ela se dá. A pesquisa foi realizada a partir da trajetória profissional de três psicólogos que atuam/atuaram neste campo específico, evidenciando assim um mundo social que se coloca a partir destas novas formas de inserção da categoria, bem como suas implicações na reestruturação da formação universitária e no rumo da profissão como um todo. Com o intuito de contextualizar esta forma de atuação social e historicamente, foram revisitadas a história da psicologia e o contexto político do país.

Palavras-chave: atuação profissional, políticas públicas, história da psicologia no Brasil, formação universitária, gestão pública.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	p.06
1.1. HISTÓRICO DA PSICOLOGIA NO BRASIL.....	p.06
1.2. FORMAÇÃO ACADÊMICA DO PSICÓLOGO E SEUS ENFOQUES...	p.12
1.3. PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	p.14
2. METODOLOGIA.....	p.18
2.1. INSTRUMENTO DE PESQUISA – ROTEIRO.....	p.21
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	p.22
3.1. ENTREVISTA 1.....	p.22
3.2. ENTREVISTA 2.....	p.30
3.3. ENTREVISTA 3.....	p.43
4. REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO.....	p.51
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	p.58
6. ANEXO.....	p.61

1. INTRODUÇÃO

1.1 - Histórico da Psicologia no Brasil

É fundamental para compreendermos as atuais conjunturas da psicologia em nosso país e o impacto que ela tem em nossa sociedade, atentarmos para a trajetória percorrida pela profissão desde sua regulamentação, que por sinal é relativamente recente, datada do dia 27 de agosto de 1962, até a atualidade. O histórico da psicologia no Brasil explicita as razões pelas quais, por exemplo, os profissionais da área foram durante muitos anos, e ainda são em grande parte, vistos como fornecedores de serviços de cunho psicológico para uma elite pequena e exclusiva que tinha/ tem condições financeiras suficientemente boas para pagá-los. Ao longo dos anos, a profissão foi se moldando conforme as demandas que lhe foram apresentadas, seja em relação às definições teóricas, procedimentos e instrumentos que ganharam força, seja em relação às práticas desenvolvidas e os setores em que esteve mais presente. É a retomada deste entrelaçamento de acontecimentos que nos permite compreender de forma mais ampla as diversas manifestações da psicologia no campo social atual, bem como seus limites, possibilidades e desafios.

Dois anos após a regulamentação da profissão no país, o Brasil entrou em um longo período ditatorial de exceção. A realidade repressiva e autoritária dos governos que se sucederam nos 20 anos seguintes ao golpe de 1964 interferiu direta e indiretamente na formação do psicólogo e em sua prática profissional, que ainda estavam em construção no país. Segundo Gonçalves (2010), a inserção da psicologia no campo social durante este período foi marcada, de um lado, por uma presença secundária dentro das instituições educacionais e de trabalho, e de outro, por um desenvolvimento da psicologia comunitária, que começou dentro das universidades a partir dos estágios realizados pelos alunos junto ao operariado, em favelas, creches e em comunidades carentes, correndo por fora das instituições conservadoras predominantes na época, driblando possíveis intermediações do Estado autoritário e se caracterizando como uma expressão direta de um projeto de compromisso social que o psicólogo foi estabelecendo com a população ao longo dos anos (Bock, 2010).

Entre os anos de 1968 e 1973 a economia do Brasil e mais especificamente a burguesia brasileira vivenciava o ciclo do “milagre econômico”, que dentre outras coisas, corroborou para o processo de subjetivação da elite, caracterizado por uma alta valorização da interioridade e intimidade, resultando em um crescimento significativo do consumo de serviços psicológicos prestados pelos profissionais da área. Houve neste período uma valorização do corpo e do psiquismo que geraram uma inflação do campo, ascendendo a psicologia como atividade liberal muito procurada pela classe média e alta principalmente de 1960 a 1980. Porém, já a partir da segunda metade da década de 1970, este cenário começou a se desestabilizar e modificar, tanto por causa da recessão econômica advinda do final do ciclo do “milagre econômico”, quanto pela forte emergência dos movimentos sociais de base popular que eclodiram no país autônomos em relação ao Estado (Ferreira Neto, 2004).

No âmbito acadêmico, o Decreto-lei nº 477, de fevereiro de 1969, teve forte impacto no conteúdo passado em sala de aula, institucionalizando a repressão e o controle ideológico (Germano, 1993; Netto, 1990; Yamamoto, 2010). Vigiado por um sistema político rígido e opressor, o ensino universitário, nos primeiros anos da ditadura, enfrentou dificuldades para ajudar na construção de um pensamento e atuação críticos por parte de seus recém formados. Porém, com o passar dos anos a academia acabou se transformando num reduto de jovens de esquerda que estavam com suas possibilidades de expressão reduzidas.¹

Como diz Yamamoto (2010), não devemos buscar uma linearidade entre este cenário e o perfil profissional que se desenha neste período, porém, ainda segundo o autor, não temos como negar o pressuposto de que as condições históricas fornecem dados indispensáveis para quem pretende compreender qualquer fenômeno social. Neste caso, a realidade da profissão, marcada pelo elitismo e pela escassa consideração pelas demandas sociais, deve ser confrontada com o contexto histórico de suspensão dos direitos fundamentais

¹ Mais informações sobre a formação acadêmica do psicólogo são dadas no subitem específico deste assunto: “*Formação acadêmica do psicólogo e seus enfoques*”

em que ela foi regulamentada, bem como pelas características sociais e econômicas da época.

Nos diferentes períodos da história da psicologia brasileira, estiveram presentes, concomitantemente ou não, diversas manifestações da profissão, muitas vezes antagônicas entre si. São identificadas, desde atuações práticas que visam o controle, o enquadramento e a adaptação dos indivíduos a um determinado padrão ideal, até abordagens mais críticas que buscam alternativas inovadoras que colocam a psicologia a serviço da maioria das pessoas. A ideologia dominante e a relação entre Estado e sociedade, seja ele autoritário, liberal, ou neoliberal traçam possibilidades/ facilidades, porém, nas diferentes formas de governo vivenciadas pelos brasileiros sempre estiveram presentes profissionais com atuações críticas e acríicas, politizadas e apolitizadas.

O período de transição política do ciclo autocrático-burguês para a democracia estabeleceu condições para a reorganização de diversos segmentos da sociedade civil, fazendo com que se iniciasse uma politização no campo profissional, que se mobilizou para discutir os rumos das diferentes categorias (Yamamoto,1996; Yamamoto, 2010). É nesta época, devido a diferentes fatores, que há uma inserção mais sistemática dos psicólogos brasileiros no campo do bem-estar público. Claro que existiu uma conscientização política dos profissionais da área, entretanto, não podemos apontar este fato como sendo a única razão para o aumento do número de profissionais no setor público. A crise do capitalismo presente em todo o mundo refletiu no Brasil através do fracasso do “milagre econômico” que diminuiu a renda da classe média, principal consumidora dos serviços clínicos psicoterápicos particulares, gerando uma forçada movimentação dos psicólogos para campos que pudessem os absorver, sendo um deles, o campo das políticas públicas.

Porém, a lógica terapêutica utilizada nos consultórios particulares não pode ser simplesmente transposta às instituições de saúde em que estes profissionais começaram a atuar. Bezerra (1982) alertou em sua dissertação de mestrado sobre a incapacidade do instrumental teórico utilizado pelos psicólogos de

responder aos desafios que o pertencimento sócio-cultural dos pacientes colocava. As técnicas utilizadas habitualmente supunham a existência de uma identidade entre as partes da relação terapêutica que quase nunca havia. As diferenças entre profissionais e pacientes iam, e ainda vão, além da distância sócio-econômica; implicando também em diferentes visões de mundo, ethos e percepções de si próprios.

“Quando um profissional da saúde mental e um cliente se encontram, não há apenas um encontro da técnica e do objeto de intervenção; encontram-se também cidadãos, origens sócio-culturais, pertencimentos de classe freqüentemente diversos. A técnica contorna este aspecto fundamental e supõe haver uma identidade entre os dois. A maneira de superar este problema não é pretender preencher a técnica com conteúdos “sociais” ou “progressistas”, mas procurar detectar onde e como a técnica encobre a diferença, negando-a ou transformando-a em desvio, deficiência, desorganização, e etc. Em outras palavras, tentar desvendar a influência do social no âmbito da técnica.” Bezerra (1982).

Em uma entrevista dada a “*Revista psicologia, ciência e profissão*” em 2010, Bock discorre sobre a mesma questão ao falar sobre o período em que o país vivenciou a transição para a democracia, comentando que quando o psicólogo aumentou sua presença no campo da saúde pública os profissionais da área utilizavam as mesmas técnicas e ferramentas intelectualizadas empregadas anteriormente com a elite e enfrentavam dificuldades, pois tais práticas continham recursos de linguagem sofisticados que não serviam para a maior parte da população. Segundo ela esta crítica feita às técnicas “universais” utilizadas pelos profissionais da época se deu por entender que nestas relações estavam/estão presentes desigualdades sociais, subjetivas e históricas que produziam/produzem tais diferenças. Foi preciso superar o pensamento liberal que afirmava que todos poderiam ser iguais, dependendo do esforço individual de cada um, para que se pudesse assim buscar construir uma psicologia focada nas peculiaridades da população brasileira, deixando de ter como molde único e exclusivo um homem branco, europeu ou americano.

Retomando o movimento de redemocratização presente dentro da trajetória da política brasileira, chegamos ao período pós-1985 (Nova República). Ainda que transacionada “pelo alto” (Netto, 1990), a passagem do ciclo autocrático-burguês para a democracia é marcada por uma forte mobilização popular, o que resulta em avanços significativos no campo social, com conquistas expressivas presentes no novo texto constitucional do país. É neste período, por exemplo, que o Sistema Único de Saúde - SUS, com seu conceito de saúde integral, é proposto. Porém, como Yamamoto (2010) afirma, essas conquistas ocorreram principalmente no marco legal, necessitando de anos para serem implantadas efetivamente, quando o foram. Behring e Boschetti (2007), ao realizarem uma avaliação global das políticas sociais deste período, em relação à manifestação da priorização da área social, comentam que foi mantido o *“caráter compensatório, seletivo, fragmentado e setorizado da política social brasileira”*.

As tendências dos movimentos sociais se modificaram nesta época, passando a apresentar uma conduta propositiva com atividades mais vinculadas às instituições. A relação com o Estado, que antes era experienciada como: antagonismo e oposição, passou a ser vivida como uma relação de participação direta. Segundo Ferreira Neto (2004), neste período *“o discurso pela ruptura com o Estado cede lugar a propostas de reforma mais setorizadas associadas ao aparelho estatal”* que culminarão nos anos 1990 em duas tendências de movimentos sociais: O crescimento das políticas de parcerias entre o poder público e o setor privado, e o aumento do número de Organizações não governamentais – ONGs.

Governos se sucederam, e gradativamente as idéias mais progressistas que resultaram na Constituição de 1988 foram dando espaço à política social de perfil neoliberal, que teve início no Brasil no governo Collor, tendo seu auge no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Para Campos (1997) já existia uma hegemonia do modelo liberal no Brasil desde o governo militar, que garantiu a reprodução de uma forma mercantilista de prática profissional. Um modelo de produção de serviços adaptado a realidade brasileira, na qual, segundo Yamamoto (2010), o Estado intervém sobre as relações de mercado

atuando como mediador e financiador, em parte, das ações no campo das políticas públicas, como por exemplo, na saúde.

Yamamoto (2010), se referindo ao estudo de Bock (1999) e de Vasconcelos, (1999), afirma:

“É nesse cenário que os psicólogos, no contexto de um movimento amplo de reorganização de forças democráticas, articulam-se com grupos de profissionais atuantes em segmentos de representação localizados nas entidades sindicais, profissionais e políticas no cenário das lutas sociais. Ao se agregar à organização dos trabalhadores, tais profissionais buscaram se inserir num movimento mais amplo de resgate da cidadania e de retomada da democracia, cujos desdobramentos se davam em diferentes esferas da vida social. As discussões sobre as condições de vida da população, a exploração do trabalho e, especialmente, o acesso a bens e serviços, se dirigem ao setor saúde como um dos direitos há muito usurpado de grande parte da população brasileira. A partir de então, os psicólogos passam a integrar o movimento dos trabalhadores da saúde.”

A entrada existiu, porém as décadas que se passaram desde a regulamentação da psicologia no país, expõem uma profissão ainda a caminho de uma maior inserção social e representatividade política. Há 48 anos era o Estado autoritário que não permitia a elaboração de políticas que objetivassem o desenvolvimento social e a atenção às necessidades básicas da maior parte da população, nos últimos 20 anos foram as políticas neoliberais ditadas por um “Estado mínimo” que implementa, através de uma ótica do mercado, políticas que visam a desregulamentação e a privatização que não o permitiram. Na última década tivemos governos progressistas que caminharam na direção da superação da desigualdade social. É neste contexto que devemos resgatar o espaço público como responsável por intervenções focadas na superação de desigualdades sociais profundas e estruturais.

Segundo Gonçalves (2010), a construção de uma sociedade democrática passa pelos espaços públicos em suas diversas dimensões; portanto, faz-se necessária a presença do psicólogo, como de outros profissionais, na

construção de políticas públicas para a saúde, a educação, a infância e o trabalho, campos em que sua atuação já está consolidada; bem como em áreas como a segurança, habitação, mobilidade urbana e comunicação, em que tal inserção está em seu início.

1.2 - Formação acadêmica do psicólogo e seus enfoques

Ao longo das décadas que se passaram desde a regulamentação da psicologia no país, observamos o modelo curativo e assistencialista voltado para o setor de atendimentos individualizados ser consolidado dentro da categoria, tornando-se durante muitos anos a prática hegemônica da profissão. Houve grandes avanços que colocaram o psicólogo no papel de agente de mudança tendo como foco um compromisso social para com a população, porém, os cursos de graduação formaram durante décadas profissionais que atualmente sentem dificuldades em superar as práticas cristalizadas e de se adaptarem as novas exigências de responsabilidade social. Ou seja, a formação profissional durante muitos anos direcionou o psicólogo para modelos de atuação limitados a prática clínica mesmo quando inseridos em outras instituições (Dimenstein, 2001).

A crise vivenciada pela profissão devido ao descompasso entre suas técnicas e a população a qual passou a prestar serviços, se intensificou nos anos 1970 com o desenvolvimento do pensamento crítico na sociedade advindo da ampliação dos movimentos sociais que se organizaram para combater a ditadura militar, o que acabou por produzir também na universidade um pensamento crítico e contestador. A esquerda intelectual entrou no setor acadêmico corroborando para o fortalecimento do movimento estudantil, propiciando no caso da psicologia, o surgimento de questionamentos sobre qual “lado” os psicólogos estavam. Nasce nesta época um novo compromisso social que é estabelecido com a população, dando início a configuração de uma nova profissão (Bock, 2010).

Entretanto, as mudanças são lentas. Uma pesquisa realizada com os alunos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, em 1995, por Gonçalves e Bock, investigou a imagem que os alunos tinham da profissão e

de suas funções perante a sociedade, analisando assim o modelo profissional que se constituía nos cursos de graduação. Foi solicitado aos alunos de 1º e 5º anos da faculdade que produzissem um desenho ilustrando os profissionais da área envolvidos em situações de trabalho. Desta forma foram avaliados os efeitos da formação oferecida durante o curso, cujo currículo havia sido reformulado anos antes (1989), nas concepções dos alunos. Enquanto no 1º ano os desenhos eram compostos por situações de interação duais e diretas, com profissionais em posturas investigativas em um ambiente clínico em que muitas vezes era composto por estereótipos como divãs, quadros, diplomas, entre outros, no 5º ano os desenhos sofreram modificações retratando outras possibilidades de atuação, como por exemplo, em creches e hospitais. Porém, as autoras enfatizam que tais mudanças não são tão intensas quanto a primeira vista os desenhos indicaram, no último ano da graduação ainda predominava de forma significativa a escolha por estágios na área clínica com atendimentos individuais realizados através da psicoterapia. Esta e outras pesquisas indicam uma tendência de reorganização e reformulação dos cursos de psicologia no Brasil. Se antes dos anos 1980 existia uma convivência mais pacífica com a hegemonia do modelo clínico, no final desta década tais concepções começam a ser fortemente questionadas.

Segundo Bock (2010), existiram dois grandes *boons* das universidades na trajetória da profissão no país. O primeiro ocorreu na primeira metade da década de 1970 através da entrada da classe média no ensino superior que antes era reservado apenas às elites. O governo militar com o intuito de garantir o apoio das camadas médias da população aumentou o número de vagas disponibilizadas nas universidades brasileiras, fazendo com que o rumo da formação e da profissão fosse alterado. Os menos de 5 mil psicólogos atuantes em meados dos anos 1970, passaram a ser 30 mil em 1980, concentrados principalmente no sudeste do país. O outro grande *boom* que tivemos dentro da graduação em psicologia aconteceu nos anos 1990 através da política de acesso das camadas pobres e da abertura de incontáveis escolas particulares frutos de um projeto neoliberal de redução e privatização dos serviços que antes eram do Estado.

Em 1998 se construiu, a partir da deliberação do Fórum Nacional de Formação ocorrido em Ribeirão Preto-SP, 1997, a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia – ABEP, que é uma entidade voltada para a reflexão, o desenvolvimento e o aprimoramento da formação em psicologia no Brasil, compreendendo que ela deve estar comprometida com a realidade social do país, vinculada a ética e ao exercício da cidadania. A ABEP tem como objetivos auxiliar no desenvolvimento do ensino da psicologia, coordenando informações e dados sobre o mercado de trabalho e experiências educacionais que possam auxiliar na qualificação dos cursos universitários da área. Esta instituição acompanhou nos últimos a implementação das *“Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia, de 2004”* que buscou garantir a qualidade e amplitude teóricas e práticas da formação.

Para Bock (2010), a formação em psicologia continua tecnicista, não ensinando o aluno a ter um contato problematizador com a realidade. Em sua entrevista dada a *“Revista psicologia, ciência e profissão”*, a professora afirmou:

“Eu pensava que as diretrizes curriculares, só pelo fato de serem algo que nos movem do lugar, poderiam produzir outra realidade de formação acadêmica, sem deixar de reconhecer que muitos cursos fazem hoje um esforço para absorver as questões da população; eu acho a ciência dura. Há um esforço nos estágios, professores fazendo inovações, colocando os alunos em situações, mas o conhecimento é duro, ele não se move”.

1.3 – Psicologia e políticas públicas

Políticas públicas podem ser compreendidas como uma postura adotada publicamente por uma autoridade institucional (executivo, legislativo ou judiciário) de um Estado democrático moderno em relação a um conjunto específico de problemas. São a garantia dos direitos dos indivíduos e da coletividade ao acesso a saúde, educação, segurança, habitação, lazer, assistência social e cultura.

O debate sobre a inserção da psicologia no campo das políticas públicas é o foco do trabalho realizado por Gonçalves em seu doutorado, que deu origem

ao livro *“Psicologia, subjetividade e políticas públicas”* (2010) e tem como objetivo analisar a dimensão subjetiva ali presente, a partir do viés da psicologia sócio-histórica. Gonçalves (2010) busca apresentar referenciais para a atuação do psicólogo no campo das políticas públicas, atuação esta que deve superar a prática psicológica orientada por uma perspectiva naturalizadora do fenômeno psicológico, que enxerga o indivíduo de maneira a-histórica e dicotômica, propondo intervenções-padrões que se baseiam em supostos processos universais.

Ao elaborarmos diretrizes de políticas públicas, suas ações e intervenções, devemos estar atentos a contextualização de tais medidas à realidade social em que ela será aplicada; considerando os indivíduos que a compõe, bem como seu coletivo e as relações que se dão naquele determinado espaço. Para Gonçalves (2010), tais formulações pressupõem, portanto, determinados sujeitos e subjetividades a serem contemplados. A Psicologia Sócio-Histórica entra como possibilidade de um novo olhar as necessidades e direitos dos cidadãos a partir da investigação da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais com o intuito de contribuir para a transformação social buscando a gênese dos fenômenos (vivência, sentimentos, ações) na realidade histórica e material que os constituiu.²

“Desconsiderando-se o caráter histórico das experiências subjetivas, corre-se o risco de elaborar políticas públicas que falam de um indivíduo ilusoriamente universal e, com isso, mascara-se a desigualdade social e o que a produz. Ou que falam de um indivíduo individual e único, incapaz de compartilhar espaços e vivências. Em ambos os casos, o resultado é a manutenção da desigualdade e da situação que a produz”
Gonçalves (2010).

Para Gonçalves (2010), toda intervenção ou atuação profissional no campo social deve considerar as subjetividades ali envolvidas, suas manifestações e contribuições para a constituição desses processos, e o como são afetadas.

² A esse respeito ver GONÇALVES, M. G. M.; BOCK, Ana M.B. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, M. Graça M. (Org.). *A dimensão subjetiva da realidade: leitura sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2009, p.116-157

Procurando assim, compreender a realidade além de espaços globais de processos gerais; trabalhando com os fenômenos sociais em sua dimensão subjetiva, considerando a dialética e o caráter histórico da relação subjetividade-objetividade. Desta forma se torna possível a superação de intervenções calcadas em concepções naturalizadoras que não levam em consideração o contexto em que o indivíduo está inserido, terminando por responsabilizá-los, individualmente por seus sucessos e fracassos, ou realizando uma leitura baseada em definições/ padrões estanques de indivíduos tidos como passivos.

A psicologia cada vez mais vem aumentando sua presença dentro do campo das políticas públicas. Debates realizados em diversos seminários apontam a necessidade das políticas terem uma “legitimidade subjetiva”, em que são considerados os aspectos da subjetividade ao serem elaboradas e implementadas. Spink (2007) em sua fala no *IV Seminário nacional de políticas públicas* comenta sobre o conceito de políticas públicas humanizadas, que segundo ele, são ações que reconhecem que estão lidando com sujeitos ao invés de alvos, populações-meta, objetivos ou clientelas. O autor discorre sobre a importância da compreensão de se estar relacionando, através das políticas públicas, com sujeitos coletivos. Fato este que se coloca como componente fundamental para se pensar na forma de planejamento, organização, execução e avaliação das políticas realizadas.

Neste contexto, instituições como o Centro de Referência Técnica em psicologia e políticas públicas - CREPOP são fundamentais para ampliar, consolidar e estruturar a atuação dos psicólogos no nosso país. Segundo informações obtidas com a própria instituição, o CREPOP é um órgão operacional do sistema de conselhos de psicologia. Surgiu em 2006, como desdobramento do banco social de psicologia, visando consolidar a produção de referências para atuação dos psicólogos em políticas públicas, por meio de pesquisas multicêntricas coordenadas nacionalmente. A instituição atua como um centro de pesquisas e está estruturada em rede, com uma instância de coordenação nacional, sediada no conselho federal de psicologia, além de unidades locais, sediadas nos conselhos regionais de todos os estados do

país. Na coordenação nacional e em cada uma dessas unidades locais há profissionais qualificados em políticas públicas e, no mínimo, um psicólogo conselheiro que é responsável pela condução das ações de pesquisa e pela articulação política, a partir de diretrizes formuladas nacionalmente, para o fortalecimento da presença da Psicologia no campo das políticas públicas.

Spink (2007) comenta durante o *IV Seminário nacional de psicologia e políticas públicas* sobre algo fundamental quando se está em debate novos campos de atuação do psicólogo. Ele afirma que o profissional deve ter a “*capacidade de parar de se preocupar com o que seja ou não seja um psicólogo, parar de se preocupar com que um psicólogo deve ou não fazer e começar a se preocupar em ser útil*”.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada a partir da análise de trajetórias profissionais de psicólogos que buscam promover a interlocução da psicologia com espaços de formulação de políticas públicas. O critério utilizado para a seleção dos sujeitos foi a compatibilidade da área em que eles atuam/atuaram ao longo de suas carreiras com o campo em que esta pesquisa realiza sua sondagem, ou seja, buscava-se trajetórias de profissionais formados em psicologia que tivessem experiência em cargos de gestão e/ou elaboração de diretrizes de políticas públicas.

Foram realizadas cinco entrevistas semi-dirigidas, das quais três foram analisadas neste presente trabalho por melhor se adequarem ao critério indicado acima. Os três sujeitos são do sexo feminino, tem idades entre 40 e 65 anos, são formados em psicologia por diferentes universidades, atuam há mais de 20 anos na área pública e já tiveram experiências em cargos de gestão e/ou elaboração de políticas públicas. Seus nomes foram substituídos por codinomes com o intuito de manter o anonimato dos participantes sem perder a riqueza e a facilidade de compreensão da discussão que o uso de nomes próprios pode garantir.

Como se trata de um estudo exploratório e qualitativo, não se pretendeu abordar uma amostra estatisticamente representativa. A intenção foi trabalhar com um número pequeno de sujeitos para que eles pudessem ser analisados de uma maneira mais detalhada, possibilitando assim o contato com atores da inserção da psicologia no campo da construção das diretrizes das políticas públicas de nosso país, abordando desde campos em que a atuação do psicólogo já está mais presente, como na saúde, até em áreas em que esta atuação ainda não foi estruturada, como por exemplo, no campo do transporte e do planejamento urbano.

Através dessas trajetórias foram explorados parâmetros que permitiram uma melhor compreensão do mundo social que se arma a partir desta forma de atuação, traçando um paralelo do contexto da profissão e suas características, com a conjuntura sócio-cultural e histórica em que os entrevistados estão

inseridos. As histórias pessoais servem como um referencial temporal e espacial que acaba por refletir a própria história e dinâmica da profissão, mostrando o peso das transformações políticas e sociais dentro do campo da psicologia e vice-versa. Desta forma, esta metodologia faz com que os relatos obtidos não sejam apenas ilustrações de questões previamente definidas, mas sim uma fonte para a problematização e uma base a partir da qual se pôde descrever como ocorrem as inserções da psicologia em diferentes campos, e como eles se compõem e se combinam, para que se possa compreender as mediações que estão em jogo, bem como os vínculos e agenciamentos que os fazem possíveis.

Como fundamentação teórica para o método das entrevistas, foi utilizado o conceito de trajetória descrito por Pierre Bourdieu em seu livro *Esboço de auto-análise* (2005), seguindo o método de entrevistas por trajetórias de vida adotado pelos sociólogos Robert Cabanes (2006) e Carlos Freire da Silva (2008) em seus estudos de campo.

Nas trajetórias de vida busca-se reconstituir a maneira como os sujeitos percorrem um determinado campo de atuação estabelecendo-se as relações com a maneira como este campo vai se constituindo. Neste sentido, tal metodologia vai à contramão das abordagens investigativas que restringem à análise do sujeito sem situá-lo historicamente, sejam em perspectivas que tomam os sujeitos isoladamente, ou naquelas que delegam este princípio explicativo às origens sociais deste sujeito. Bourdieu argumenta sobre os problemas de *“tentar compreender uma carreira ou uma vida como uma série única e em si suficiente de acontecimentos sucessivos sem outro elo que não a associação com um sujeito cuja constância não pode ser mais que a de um nome próprio”*.

Bourdieu (2005) diferencia um estudo de trajetória de um estudo biográfico criticando os métodos biográficos de pesquisa ao afirmar que tais abordagens tomam o relato de experiências vividas como o momento último do progresso das análises sociológicas, aparecendo como único suporte de pesquisa e como princípio de explicação para ações e obras de seus sujeitos, baseando-se no pressuposto, nem sempre explícito, de que a vida é uma sucessão de acontecimentos ligados a uma existência individual, apreendidos como parte de

uma determinada lógica, no sentido de um princípio de finalidade, em que estão organizadas etapas seqüenciais e coerentes que transcorrem em uma ordem cronológica (começo, meio e fim).

Para tratar de uma trajetória profissional, portanto, é necessário reconstruir a trajetória social que colocou o sujeito em sua posição, demarcando seus deslocamentos e passagens. Os relatos da história de uma pessoa são fonte rica de informações para uma pesquisa, porém, é necessário reafirmar a necessidade de reconstrução de um espaço social que dê sentido a tais relatos. Os relatos em si não se bastam. E, talvez, por isto mesmo esta noção de trajetória social expressa mais claramente do que outras o esforço em que se constituiu a empreitada teórica de Bourdieu: não cair no jogo das alternativas entre subjetivismo ou objetivismo, ação ou estrutura, e do sujeito consciente ou do inconsciente coletivo.

Ao mesmo tempo em que não deixa de fora as angústias, aflições, afinidades, contentamentos, hesitações, incertezas, entre outros sentimentos ligados às suas disposições e à sua maneira singular de percorrer este espaço social enquanto sujeito. O intuito de “objetivar o sujeito das objetivações” em um exercício de reflexividade não anula a expressão da experimentação de sentimentos que marcaram sua trajetória. O que temos na reconstrução de uma trajetória social é sempre este jogo de passagens entre o racionalizado e o vivido. Ao se falar de uma maneira singular de percorrer o espaço social vão se desenhando os campos sociais e suas propriedades atuantes. As trajetórias sociais são uma maneira de falar dos sujeitos e suas obras, bem como dos campos sociais sempre em uma perspectiva historicamente situada. E é por este motivo que se adéquam a esta pesquisa que visa realizar uma sondagem de uma atuação profissional no campo da psicologia.

2.1 - Instrumento de pesquisa - Roteiro

- Agradecimento pela colaboração em participar da presente pesquisa.
- Apresentação da pesquisa e da pesquisadora: “Esta entrevista faz parte de uma pesquisa realizada por mim, Camila Ramos Verdun, quinta anista do curso de Psicologia da PUC-SP, que resultará em meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Busco através deste estudo, realizar uma sondagem da atuação do profissional psicólogo na elaboração e gestão de diretrizes de políticas públicas, tendo como objetivo compreender em que consiste essa atuação e como ela se dá. É por este motivo que conversarei com você hoje.”
- Explicitar programação da entrevista:
 - ✓ Duração: Aproximadamente 1 - 2 horas
 - ✓ Número de encontros: A princípio será realizado apenas um encontro.
- Termo de Consentimento: Explicá-lo e pedir para assiná-lo.
- Apresentação do sujeito: Solicitar que o entrevistado se apresente dizendo: Nome, idade, estado civil e trabalho atual. Em seguida iniciar a conversa.
- Principais pontos a serem abordados:
 - ✓ Trajetória de vida X Trajetória profissional
 - ✓ Motivo da escolha por psicologia
 - ✓ Como foi a formação universitária deles
 - ✓ Opinião sobre formação universitária atual
 - ✓ Como chegaram neste campo de atuação
 - ✓ Passar pelos diferentes cargos e atuações
 - ✓ Dia a dia profissional
 - ✓ Contextualização histórica (ao longo de toda a entrevista)
 - ✓ De que maneira a psicologia é mobilizada em cada cargo
 - ✓ Participação na elaboração de políticas públicas
 - ✓ Como pensam psicologia

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 - Entrevista 1

- ✓ **Sujeito : Gabriela**
- ✓ **Dia: 30/03/2012**
- ✓ **Duração: 1:09:52**

Formada em Psicologia em 1995 e em Direito em 2004, a entrevistada fez aprimoramento profissional, especialização e mestrado em saúde pública. Atualmente, com quarenta anos, está realizando seu doutorado, é casada e trabalha na prefeitura de uma cidade no interior de São Paulo na área de saúde do trabalhador e meio ambiente/ vigilância ambiental. Além disso, leciona na graduação de psicologia em mais de uma Universidade, sendo responsável pelas disciplinas de psicologia do trabalho, introdução a psicologia social e supervisão de estágio.

A trajetória de Gabriela é interessante para se refletir em relação às diferentes formas de contratação que existem em nosso país; ao longo de sua vida a entrevistada atuou na área pública como concursada, como prestadora de serviços terceirizada, e através de uma ONG. Além disso, também teve/ tem vínculos empregatícios com Universidades, que a seu ver exercem a lógica das empresas privadas. Ela relata sobre as relações profissionais que tinha em cada um destes trabalhos, entrando no âmbito das equipes interdisciplinares, discorrendo sobre sua experiência com a gestão e o papel da psicologia em todo este contexto. Por fim, comenta sobre sua atuação como professora, construindo um paralelo entre a formação que teve, a formação que vê seus alunos tendo e o resultado disso expresso em seu dia a dia de trabalho na secretaria de saúde em que trabalha.

Gabriela iniciou seu relato contando sobre sua escolha por psicologia. Disse que o que a influenciou nesta decisão foi ter feito magistério no ensino médio, pois além de estudar já voltada para a docência, lá cursou uma disciplina de psicologia que a fez se apaixonar pela área. Ao ingressar na Universidade no Rio Grande do Sul em 1990, estava completamente realizada com sua escolha. Logo nos primeiros anos de faculdade se envolveu com diferentes monitorias e

estágios. Porém, se casou no último ano de seu curso e se mudou para São Paulo, onde terminou sua graduação.

Tal mudança foi frustrante para a entrevistada, pois, segundo ela, vinha de uma faculdade que lhe tinha dado diversas oportunidades de pensar a psicologia nas políticas públicas e nas instituições, e aqui se deparou com outra realidade de ensino. Na faculdade de São Paulo os estágios oferecidos no curso eram todos focados na clínica, área que Gabriela afirma ter uma escuta interessante, mas que ao mesmo tempo acredita ser muito direcionada a demandas individuais.

Devido a sua experiência de formação em São Paulo, a entrevistada se graduou desanimada com as possibilidades de atuação do psicólogo, já não sabendo mais se era realmente a profissão que gostaria de seguir em sua vida. Ainda indecisa Gabriela prestou o processo seletivo para o aprimoramento profissional em saúde do trabalhador sem muito conhecimento do que consistia a área e suas atuações. Contudo, foi através de seu dia a dia nesta instituição que a entrevistada se redescobriu profissionalmente. Lá, além de ter contato com outros psicólogos, participou de ações em equipes interdisciplinares compostas por médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, enfermeiros, engenheiros do trabalho, entre outros, com demandas bem variadas. Como a instituição era pequena, os aprimorandos eram integrados em todas as ações realizadas pelo local, participando de reuniões, discussões, atendimentos individuais e em grupo, além de formações, ações em empresas, cursos de capacitação e ações de vigilância.

No período em que Gabriela estava no aprimoramento, realizou um concurso público para o cargo de psicólogo na secretaria estadual de saúde, passou e assim que finalizou seu aprimoramento foi chamada para trabalhar no Estado. Durante toda sua atuação pública, a entrevistada realizou/realiza trabalhos paralelos que a ajudam a complementar sua renda. Neste período, por exemplo, dividiu sua rotina entre o cargo como psicóloga do Estado e a atuação em uma organização não governamental - ONG que auxiliava na inserção de jovens no mercado de trabalho.

“Eu tratei de construir outra possibilidade de inserção, porque o meu vínculo no Estado é mais precário, tanto em termos de remuneração, mas como trabalho de modo geral, e eu sempre avalei que eu precisava ter outras inserções para a minha carreira profissional, e daí eu fui para a área acadêmica, aí eu fui me candidatando para as seleções fora também, nas cidades né? E daí as universidades são um emprego que eu estou, né? São empresas privadas, aí tem um pouco disso que eu te falei da lógica da empresa, né? Quem tem as demandas, tem as cobranças, mas eu também estou em duas universidades que comparativamente com outras, são ainda universidades que tem estágios, que tem reuniões, tem planejamento (...).”

Ainda através do vínculo com a instituição que realizou seu aprimoramento, a entrevistada começou a ter demandas do Estado tendo um contato maior com os serviços municipais, viajando com colegas de trabalho para fazer capacitações, treinamentos e cursos, e planejando projetos focados na perspectiva interdisciplinar. Segundo Gabriela, este período serviu para ela aprender na prática o que não havia tido em sala de aula.

Em 2001 quando a prefeitura de São Paulo passava pela gestão de Marta Suplicy do Partido dos Trabalhadores – PT, Gabriela foi contratada por uma empresa de iniciativa privada que prestava serviços à prefeitura para atuar na área de habitação. A entrevistada ajudou a estruturar inúmeros projetos sociais que se integravam aos movimentos da própria comunidade, utilizando suas experiências anteriores como subsidio as suas ações. Através do contato direto com a população pode perceber a diferença entre a administração estadual e a municipal; segundo Gabriela, no município a população é presente e participativa, enquanto que no Estado a atuação ocorre distante do contato direto com a população.

“O que eu vivi de diferente é que a administração municipal é totalmente diferente da gestão estadual, né? Então, no município é assim, a demanda é imediata e no Estado não tinha isso. No Estado você está lá distante do munícipe. Na prefeitura o munícipe está lá batendo na porta, querendo falar com o técnico, reivindicando, você tem que receber

grupos de moradores, da população. E essa vivência eu não tinha, e aí foi outra coisa bastante importante na minha formação.”

Além disso, a entrevistada também comentou ao longo do encontro sobre as diferenças entre trabalhar para uma companhia privada ou pública. Segundo Gabriela, a empresa privada vive uma lógica do mercado e uma condição produtivista, trabalhando em cima de metas e resultados. As hierarquias são mais rígidas e existe uma ameaça constante de ser demitido. Já na área pública, dentro do modelo no qual atuou, a entrevistada afirma que o profissional tem maior espaço de participação. Gabriela comentou que se sente melhor, mais respeitada e mais valorizada como servidora pública, o que não significa que não tenha chefia e nem que esta chefia não tenha problemas, mas sim que existe uma possibilidade maior de diálogo nesta relação.

Neste período de sua trajetória Gabriela atuou em uma equipe interdisciplinar composta principalmente de assistentes sociais, mas que também tinha médicos, arquitetos, advogados, engenheiros entre outros. Quando questionada sobre sua vivência em equipes interdisciplinares a entrevistada afirma que para ela existem muito mais pontos positivos do que negativos em trabalhar num grupo com diferentes profissionais, elencando alguns motivos, como por exemplo, a ajuda que o olhar de outras formações dá para desconstruir explicações psicologizantes e o aprendizado, e a problematização gerada de ambos os lados, seja repensando a prática do psicólogo, ou provocando e instigando outros olhares nos demais. Para ela a equipe interdisciplinar é mais fácil e prazerosa de trabalhar. Cita como dificuldade dessa relação apenas a presença de conceitos mais arraigados que surgem nas discussões, que muitas vezes são longas, pois envolvem diferentes estratégias, procedimentos e técnicas de lidar com o problema, o que deve ser superado através do diálogo e do posicionamento, construindo assim, uma “solução” em equipe.

Outro ponto que Gabriela abordou ao longo do relato de sua trajetória profissional foi sobre o papel da psicologia em cada uma de suas atuações, enfatizando a importância de sua formação em sua prática. Seguem abaixo algumas falas que explicitam a opinião da entrevistada em relação ao tema:

“Eu tinha, como eu te falei, outra colega que era psicóloga, e conversando com ela, ela falou assim: “ai Gabriela, eu não me vejo como psicóloga”, e isso não me incomodou, eu disse: “não, mas o meu olhar é um olhar da minha formação, o que eu trago para discutir com eles, com as assistentes sociais, com os outros técnicos é o meu olhar de psicóloga”. Tanto é que depois eu usei em vários momentos isso como exemplo, mas assim olha, depende de como você se coloca como profissional. Eu venho de uma formação em psicologia então eu fico atenta ao conteúdo, a interpretação, a análise que vem de recursos da psicologia. A teoria da psicologia me ajuda a pensar em um determinado fenômeno, então eu nunca me vi, embora pensando na técnica muitas vezes você se distancia do movimento tradicional (...)”.

A entrevistada também comentou sobre o papel da formação em psicologia em sua prática em cargos de gestão:

“Eu acho que na gestão, eu faço a gestão com um olhar diferente por ser psicóloga e eu consigo identificar isso. Porque, por exemplo, você poderia conduzir uma atividade técnica de atendimento do médico, do fisioterapeuta, do psicólogo, e etc., sem um olhar mais para as relações, para o trabalho em equipe, então desde que eu estou lá no espaço coordenando uma equipe semanal a gente tem momentos de integração, desde sempre eu penso na formação das pessoas como profissionais, então eu acho que muito disso tem aspectos de formação da gestão, mas eu acho que a psicologia trás muito isso para a vida da gente, né? A psicologia do trabalho, a psicologia social, ela vai trazer elementos para pensar... assim olha: no desenvolvimento das pessoas em um determinado contexto que se dá ou que se restrinja que você limita a pessoa né? Então eu acho que eu atuo com outro olhar mesmo na gestão pelo fato de ter essa formação e também de ter vivenciado diferentes espaços de trabalho. Eu acho que isso também eu trago como uma experiência que me faz refletir, pensar desta forma também, né? (...) Outro aspecto é a maneira de conduzir a própria equipe, né? Incentivar para que elas busquem formação (...)”.

Assim que terminou o governo da prefeita Marta Suplicy em 2004, o programa da prefeitura do qual a entrevistada fazia parte foi cortado e seu contrato com a empresa prestadora de serviços foi encerrado. Tal companhia continuou sua

parceria com o governo municipal, porém, as estratégias políticas do novo prefeito eram outras e não incluíam a presença de seus opositores.

“Um cargo ele é até hoje, eu não sei se segunda-feira ainda vai ter este cargo, isso você tem que ter clareza, né? Tanto porque você pode sair, tanto porque as mudanças no campo político são dinâmicas mesmo em um mesmo mandato. Em regra tende a se manter, as pessoas se mantêm nas gestões, né? Mas eu trabalho com essa lógica, essa é uma lógica minha.”

Nesta época, Gabriela foi convidada para assumir um cargo de gestão na área da saúde do trabalhador na prefeitura de uma cidade do interior de São Paulo na condição de coordenadora do serviço, onde atuou de 2005 a 2008. Para isso, precisou se afastar da instituição em que realizou seu aprimoramento e de seu emprego no Estado, se dedicando integralmente a esta nova função. Segundo ela, este foi um ótimo aprendizado, afinal, todas as experiências que vivenciou ali foram novas em sua carreira. Através desta atuação ela teve a oportunidade de conhecer melhor os programas do governo local, aprendendo a trabalhar baseada em suas metas e diretrizes. Gabriela discorreu ao longo da entrevista sobre sua vivência em cargos de gestão e as atribuições que tal função implica. Segue abaixo algumas falas da entrevistada em relação a este tema:

“Você sempre vai ter uma equipe, sempre, então, portanto você vai exercitar um papel de chefia, o que também às vezes é difícil para a gente assim. É, vai introduzir regras de funcionamento de um determinado setor, de uma determinada atividade. E aí, se você faz uma leitura de que aquele serviço, aquela organização pode ser feita, pode ser oferecida para a população, você vai trabalhar com a mudança de conceito, de discursos e de procedimentos etc e tal, e daí você tem que ter muito claro qual é a diretriz que você tem. Aí tem duas coisas: Se você está em uma empresa, é a diretriz de quem manda, que é o dono da empresa, se ele está falando em lucratividade é lucratividade, se ele está falando em responsabilidade social é responsabilidade social, por exemplo. Na área pública são gestões mais democráticas, mais participativas, que tem sido a minha experiência, ou gestões com menos participação da sociedade, com menos espaço, onde talvez a

questão da cidadania, do acesso ao serviço, do atendimento as pessoas muitas vezes pode não ser priorizado. Eu estou participando de gestões que são mais democráticas, mais participativas, que se discute o respeito a pessoa que está demandando o serviço (...)”.

“A gestão implica em traduzir princípios, diretrizes de um determinado governo municipal, estadual, para uma prática de organização de serviços e atividades, e no caso, por exemplo, da área pública, passa para a população, para o cidadão, né? E daí com mais satisfação ou com menos, por exemplo, no meu serviço a gente tem um conselho gestor, então nos temos representantes dos usuários que participam uma vez por mês da reunião com a gente. Essa é uma diretriz minha? Não, essa é uma diretriz da gestão municipal, que vem do prefeito e do secretário municipal. No momento que eu vou dialogar tanto com o usuário, quanto com a minha equipe, eu estou alicerçada nessas diretrizes. Se eu não concordar, eu tenho um conflito, e aí eu acho que as pessoas têm que sair (...)”.

Em 2009 tiveram eleições para a prefeitura de outra cidade do interior de São Paulo e a nova gestão da cidade convidou Gabriela para atuar em um cargo de gestão na divisão de saúde do trabalhador e saúde ambiental. A entrevistada aceitou o chamado, pois além de ser ela mesma moradora da cidade e de se identificar com a postura política do prefeito que estava ingressando, teria um novo desafio em sua carreira por se tratar de um município maior e por ter a responsabilidade de, junto com a sua equipe, implantar uma política de SUS, afinal, segundo a entrevistada, o secretário de lá sempre afirmou que teriam que “fazer o SUS acontecer”.

Ao longo do relato de sua trajetória profissional, Gabriela discorreu sobre suas considerações em relação à formação atual em psicologia partindo de seu olhar como professora universitária. Ela afirmou que após a reestruturação curricular que ocorreu em 2004, os alunos têm muito mais espaço para discutir sobre políticas públicas e a inserção do psicólogo neste campo. Entretanto, Gabriela conta que na prática, através da escuta que faz como supervisora de estágios percebe a predominância da leitura clínica entre os estudantes, comentando que eles se sentem despreparados quando ela propõe outro olhar

para o problema. Porém, logo em seguida a entrevistada diz que depois de estimulados, os alunos começam a mudar de idéia, visualizando novas possibilidades de atuações dentro de seus estágios acadêmicos.

Esta predominância do modelo clínico também é vivenciada por Gabriela em seu trabalho atual. A entrevistada comenta que percebe a dificuldade que seus colegas muitas vezes têm em vislumbrar outras formas de atuação. Para exemplificar tal afirmação, Gabriela relata sobre uma psicóloga jovem, formada recentemente, que acabou de entrar na UBS em que trabalha. Diz que a profissional gosta da área social, mas que não consegue transformar tal identificação em propostas de trabalho, acabando por atender seus pacientes de forma individualizada, quase que reproduzindo um setting terapêutico.

A entrevista foi encerrada com Gabriela relatando suas expectativas de futuro, que se dividiram entre os desejos de terminar seu doutorado, ter uma experiência fora do Brasil e passar em algum concurso para ser docente de uma universidade pública. Gabriela não se vê saindo do serviço público, acha que as duas atuações, como professora e como funcionária pública, a tornam uma profissional mais ciente dos problemas do mundo.

3.2 - Entrevista 2

- ✓ **Sujeito: Luísa**
- ✓ **Dia: 03/04/2012**
- ✓ **Duração: 1:45:05**

Luísa tem aproximadamente 30 anos de carreira, formou-se em psicologia em Brasília, fez mestrado e doutorado e atualmente trabalha como secretária adjunta da secretaria de saúde de uma cidade do interior de São Paulo. Ao longo de sua trajetória teve experiências em diversas instituições públicas, além de paralelamente a isso conciliar a atuação clínica em seu consultório particular.

O eixo condutor da entrevista, que durou aproximadamente uma hora e quarenta e cinco minutos, foi a trajetória profissional de Luísa desde sua escolha por psicologia, passando por todos os cargos que ocupou em sua carreira, chegando até sua função atual como secretária adjunta. Ao traçar este percurso a entrevistada discorreu sobre suas diferentes experiências no campo das políticas públicas, demarcando as passagens de sua vida profissional, contextualizando-as historicamente.

Luísa atuou ao longo da sua vida em cargos técnicos, de gestão e de elaboração de políticas públicas; exercendo-os em escala municipal, estadual e federal, além disso, paralelamente a estas funções, atuou no CRP e clinicou em consultório particular. Perfil este que se enquadra completamente no campo que está sendo sondado nesta presente pesquisa. Se formos resumir sua entrevista em uma frase que expresse bem sua trajetória, a frase seria: *“todo o tempo o ser psicóloga está presente no meu jeito de fazer gestão”*.

Pois bem, vejamos os fatos:

Luísa iniciou seu relato contando sobre sua decisão por cursar psicologia. Comentou que quando acabamos a escola ainda somos muito jovens para decidirmos a profissão que queremos seguir, o que interfere diretamente na escolha que fazemos. A entrevistada relembra que pensava em cursar física nuclear, entretanto, por sugestão de seu orientador pedagógico escolar foi

conhecer um físico e se deu conta de que tais profissionais ficam muito tempo sozinhos dentro de laboratórios. Como, segundo ela, sempre gostou do contato com pessoas, percebeu que estava indo para um caminho que não iria dar certo e acabou optando por psicologia, mudando radicalmente sua escolha no vestibular.

Luísa fez parte do movimento estudantil de sua faculdade; desde essa época já se interessava pela psicologia que tinha uma atuação social. Porém, assim como a maioria dos estudantes, começou a procurar trabalho quando estava para se formar e fez uma seleção para uma loja de departamento do Rio de Janeiro, onde trabalhou por dois anos na área de Recursos Humanos/ Gestão de pessoas. Foi demitida, pois se desentendeu com a empresa por considerar a política da companhia exploradora. Voltou para Brasília e em 1984 teve a oportunidade de entrar no Ministério da Saúde onde participou do programa da criança e da mulher.

“Cai no meio das políticas públicas. Tive uma formação que muito pouco me preparou para políticas públicas, eu na época já tinha consultório, já era formada e tinha consultório; até hoje tenho consultório, gosto da clínica, né? Mas eu não tive uma formação que me abria possibilidades que nem a PUC hoje dá pra vocês, outro tipo de inserção em estágios, enfim. Existiam muito poucas pessoas naquela época votadas para uma atuação mais pública. Então eu caí no ministério sem muita preparação, não conhecia o SUS, não existia o SUS ainda, não conhecia as políticas públicas dessa área, então foi uma boa surpresa assim. Eu tive a felicidade de cair para trabalhar com pessoas muito interessantes que estavam envolvidas em projetos super interessantes de mudanças na saúde, de pensar a saúde, a mudança, enfim.”

Através do estudo Luísa buscou se aprimorar e apropriar deste novo universo que não havia tido contato em sala de aula durante sua graduação. Fez uma especialização em saúde pública e participou da oitava conferência da saúde, um marco da história da saúde no Brasil.

“A 8ª CNS foi o grande marco nas histórias das conferências de saúde no Brasil. Foi a primeira vez que a população participou das discussões da conferência. Suas propostas foram contempladas tanto no texto da Constituição Federal/1988 como nas leis orgânicas da saúde, nº. 8.080/90 e nº. 8.142/90. Participaram dessa conferência mais de 4.000 delegados, impulsionados pelo movimento da Reforma Sanitária, e propuseram a criação de uma ação institucional correspondente ao conceito ampliado de saúde, que envolve promoção, proteção e recuperação.” Retirado do Portal da saúde, site do governo federal.

Em relação ao contexto social da época, a entrevistada comenta:

(...)“não tinha SUS, era uma discussão de que políticas o país gostaria de ter, a gente tava recém saindo da ditadura, enfim né, todo um movimento de redemocratização do país, a discussão setorial em várias partes, não só na saúde né? É que na saúde muito fortemente, havia um movimento social muito grande, então eu cai um pouco dentro disso tudo, né? Sem ter muito preparo para isso. Fui muito fortemente entrando nessa área. Legal estar com pessoas interessantes. (...) Aí já muito apaixonada pela área, já querendo continuar trabalhando ali, né?”

Após este primeiro contato com o setor, no qual Luísa pode ter certeza da área que gostaria de seguir dentro da psicologia, a entrevistada veio para São Paulo trabalhar na área de pesquisas sobre saúde, onde permaneceu durante um ano. Em 1988, Luísa passou no concurso público do Estado de São Paulo para o cargo de psicóloga, indo assumir tal função dentro de uma Unidade Básica de Saúde – UBS, na zona norte da cidade.

Neste momento da conversa a entrevistada relata sobre a importância que a atuação técnica de psicóloga teve para sua formação como gestora:

(...)“No ministério era gestão, e aqui eram funções bastante técnicas, né? O que foi fundamental para o meu “ser gestora”, muito importante assim. Ter estado muitos anos, durante muitos anos eu estive em Unidade Básica, eu ia para a gestão, entrava governo, eu saía da gestão, voltava a ser psicóloga da Unidade Básica, a vida inteira eu fiz isso, o movimento de volta para a Unidade e o aprender, né? Enfim,

isso mais para dizer que para mim o meu ser gestora hoje é ter a vivência como psicóloga em uma Unidade Básica atendendo, né? Enfim, foi absolutamente importante. Muito importante.”

Retomamos este assunto em várias das passagens de sua trajetória. Fica claro no relato de Luísa o papel específico dos cargos que exerceu e o como cada um, a seu modo, teve importância na construção do conhecimento que ela possui atualmente. Através de seu discurso se pode notar como uma prática auxilia a outra a ser compreendida mais integralmente. Ser técnica a ajudou a pensar a gestão de uma UBS e lhe deu bagagem para a atuação clínica, seu desempenho como gestora lhe permitiu planejar de forma mais consciente as diretrizes de saúde a nível estadual e federal, sua experiência no CRP lhe deu subsídio para mais tarde participar de projetos de temas que não tinha tido experiência prática em seus trabalhos formais e assim por diante.

“Hoje se valoriza muito rapidamente só os espaços centrais de gestão e eu acho que é um erro isso assim. Eu não tenho nenhuma dúvida que esse meu aprendizado ou como psicóloga, ou como gerente de uma UBS, enfim, eles estão até hoje muito presentes para mim, muito vivos na discussão de gestão, né?”

Retomando a ordem cronológica dos fatos, após a experiência como psicóloga de uma UBS, Luísa foi convidada para a gerência de outra UBS. Função que, segundo ela, foi fundamental para posteriormente poder fazer a gestão de espaços mais amplos. Esta era uma UBS considerada grande, com cerca de 160 funcionários e 17 especialidades médicas, além dos psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. Lá foi um ótimo lugar para Luísa desenvolver ainda mais sua experiência com equipes multidisciplinares, agora em um cargo de gestão. Ela, junto com sua equipe, discutia o processo de trabalho para que ele pudesse ser realizado de uma forma mais integral.

Após sua gestão na UBS, Luísa passou pela regional do Estado da zona norte da cidade - SUDS, órgão que já não existe mais dentro do município na atualidade. Lá seu trabalho não era em contato direto com o usuário do sistema de saúde, ela atuava em uma área de planejamento e apoio a região, exercendo uma função de gestão dentro de um cargo técnico.

Com a vitória de Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores - PT, à prefeitura do município de São Paulo, em 1989, que por sinal elaborou em sua gestão ações importantes principalmente nas áreas da educação, com Paulo Freire, e da saúde, com o aumento do salário dos servidores, nossa entrevistada foi convidada a fazer a gestão de um distrito da zona norte da cidade de São Paulo.

Pela primeira vez Luísa pode fazer parte de um governo com que se identificava politicamente. Ao longo da escuta de sua trajetória fica nítido como sua relação com seu trabalho muda conforme a identificação que ela tem com o partido governante da época. Quando uma administração com que ela se identifica está no poder, sua postura é completamente diferente de quando seu opositor está. No primeiro caso ela “vai pra luta” através de seu trabalho, já no segundo, ela realiza uma atuação política que ocorre “por fora”, participando mais ativamente das conferências e encontros da categoria. Ou seja, independente do partido político do governo ela permanece trabalhando no setor público, porém, o engajamento que transpassa em uma ou em outra situação é completamente diferente. Tais características mostram-se mais relevantes e impactantes em sua atuação do que a abrangência/ status que o cargo em que está tenha.

“Aí foi também uma experiência bastante intensa, porque quando eu estava no estado em uma função de gestão, tanto na UBS como na regional, não era o meu governo que estava no governo, né? Então era um trabalho de gestão que eu fui mais por uma indicação técnica né? Então, por exemplo, quando eu tava na UBS, quando eu tava dirigindo, quando eu tava na regional, eu discordava de muitas coisas, não era eu fazendo parte de um coletivo de governo que tenha uma proposta, não era. Até então nem no ministério tinha sido assim, nem nas unidades básicas e nem na regional do estado. Quando teve esse convite da Erundina foi diferente, né? Aí as pessoas com quem eu tinha uma comunhão muito maior de propostas, de visão de saúde, estavam comigo construindo a questão mais macro da cidade e aí eu pude pela primeira vez ir para uma função de gestão como parte de um governo onde eu me sentia governo. Então assim, para o bem ou para o mal eu

me sentia governo, nos erros e nos acertos. Foi uma experiência bastante intensa participar do governo da Erundina.” (...)

Segundo Luísa, até então ela havia experimentado situações de gestão que tinham um lado muito cômodo, pois, qualquer coisa de que ela discordava, ela simplesmente falava, afinal, não era seu governo que estava no poder. Se os trabalhadores da Unidade Básica em que estivesse fizessem greve, por exemplo, ela ia junto para as reuniões de sindicato. Por outro lado, pelo mesmo motivo, as propostas que a entrevistada desenvolvia na unidade básica eram muito solitárias, ela gestava pontualmente com aquela equipe, não tinha outro lugar dentro do governo onde pudesse fazer uma grande discussão de saúde. No mandato de Erundina vivenciou uma nova experiência, se sentiu parte de um coletivo, abraçando sua causa, debatendo com o sindicato para defender o governo, brigando por orçamento, entre outras coisas. Segundo ela, este foi um período intenso em que cresceu muito politicamente.

Em todas as passagens de sua trajetória foi indagado à entrevistada sobre a presença da psicologia naquela determinada prática/ atuação, seja em cargos técnicos, de gestão ou de elaboração de diretrizes. Ela afirmou que sua formação sempre esteve presente, pois a psicologia lhe trouxe um olhar diferenciado. Diferenciado não tem aqui o significado de melhor ou pior, apenas indica que a trajetória de cada um individualmente constrói um modo de atuar único, que tem muito a contribuir ao coletivo. Luísa exemplifica esta afirmação ao dizer que o próprio secretário da saúde da cidade em que trabalha atualmente não tem a mesma formação que ela, porém conseguem dialogar muito bem com ele, ambos tendo qualificação para o cargo.

“O ser psicóloga acho que te dá uma particularidade que muitas vezes é interessante para quem está na gestão, né? Então, saber, por exemplo, como lidar com o grupo, como fazer, ajudar as pessoas em como lidar com processos de conflito, né? É um momento que sempre está presente né? Fazer gestão é trabalhar com conflitos, ou pequeno, ou grande conflito, ou conflito interpessoal (...). Hoje muitas coisas que eu discuto, que eu falo vem dessa vivência, eu acho que ela é sempre bem importante.”

“Eu fazia parte, por exemplo, de um grupo de discussão na região norte, onde tinha educação, esporte, cultura. E essa nossa visão mais ampla (dos psicólogos), que não é só focada na coisa específica me ajudava muito a fazer várias ações inter-setoriais na época, né? Pensar o território pelo trânsito, pensar o território por todas as secretarias, enfim. Então eu acho que isso ampliava minha capacidade de fazer discussão, né?”

“Eu acho sempre, eu acho que todo gestor ele é gestor com o seu profissional de origem. Por isso que eu sou radicalmente contra o curso de graduação em saúde pública (...). Porque eu tenho muita clareza do tanto que a minha formação específica está o tempo todo presente no eu ser gestora. A Luísa gestora ela é psicóloga, ela não é outra coisa. Eu não acho que a psicologia é a única graduação que ajuda a ser gestor, né? O secretário que eu trabalho agora como adjunta é médico (...) mas a minha experiência pessoal é essa: eu sou psicóloga, então todo o tempo a psicologia está presente em mim, todo o tempo eu sou psicóloga. Tem gente que fala: “Não, eu não trabalho como psicóloga, eu sou secretária adjunta”, eu falo: “não, eu sou psicóloga, trabalho como secretária adjunta”. Todo o tempo eu sou psicóloga, não tem nenhum momento em que eu não sou psicóloga. E aí, todo o tempo isso me ajuda, né? Nosso olhar de psicólogo é um olhar diferente do olhar da T.O., do olhar do médico, enfim; então eu acho que isso me abre potencialidades. Acho que é bacana ser gestora com pessoas de outros campos porque é plural o olhar, então uma coisa que o outro não vê, um vê. Neste momento mesmo, era um projeto sobre violência, era um projeto que pegava quem trabalhava com idoso, que trabalhava com não sei o que, e cada um só entendia da sua área. A gente da psicologia transita da FEBEM, a saúde, enfim, então para mim era muito mais fácil imaginar a articulação de todo tipo de violência em um único projeto, tudo fazia sentido, né? Enquanto o médico que estava cuidando de uma violência específica, ele nunca discutiu FEBEM, né? Então pra gente isso não era novo, né?”

Está última fala se refere à vivência que Luísa teve na UBS de um distrito da zona sul da cidade de São Paulo, na qual a entrevistada atuou no cargo técnico de psicóloga, após ter sido demitida, em 1993, da função que exercia durante o

mandato de Erundina. Quem estava na prefeitura neste momento era Paulo Maluf, porém, o Plano de Atendimento a Saúde - PAS ainda não tinha sido criado. Nesta época Luísa ampliou sua experiência clínica da gestão do cuidado, em um sentido ampliado da clínica, inserida dentro de uma equipe multidisciplinar bem potente.

Seguem abaixo relatos de sua experiência interdisciplinar em funções técnicas:

“Na Unidade também como psicóloga eu tive a oportunidade de atender junto com outros profissionais. A minha formação nunca me deu isso. Eu nunca vou esquecer a primeira vez que eu entrei na sala de atendimento de um menino, chamava Alexandre, de uns nove anos, eu e uma T.O., olhamos uma para outra: “como é que faz isso junto? Eu nunca fiz isso junto”. Foram muitas oportunidades importantes, interessantes, com formação de equipe.” (...)

(...) “acho que a gente tem que ter duas coisas em minha opinião para poder ter uma relação interdisciplinar boa: Primeiro, é essa, você precisa ter segurança da sua profissão, se você já chega achando que a sua profissão sabe menos do que a do outro, né? Você vai entrar diferente na relação. E segundo, é você também não ter receio de contar tudo que você sabe, de dividir tudo que você sabe. Quanto mais eu divido o que eu sei, mais a equipe cresce né? E não ficar guardando, “o saber é meu, é do psicólogo e só ele pode”, enfim. Existem trocas muito interessantes, eu não tenho nenhuma dúvida de que eu saí uma psicóloga muito melhor dessas trocas.”

Paralelamente a esta atuação, Luísa produziu seu mestrado em saúde pública revisitando os trabalhos dos quais fez parte nos anos anteriores. Estava, em suas palavras, desgostosa com a política de forma geral, afinal o atual prefeito estava acabando com todos os progressos que haviam sido feitos no campo da saúde. Porém, um pouco antes de Paulo Maluf criar o PAS em 1995, suspendendo a implantação do SUS no município de São Paulo, Luísa foi convidada por seu orientador de mestrado a trabalhar no Estado. Ela aceitou, e permaneceu por lá nos sete anos seguintes.

No Estado, onde Luísa também não se identificava com o governo, mas que pelo menos o SUS ainda existia, a entrevistada teve uma longa experiência de gestão trabalhando na coordenação dos processos estaduais de planejamento e de regulação. Nesta função realizou inúmeras viagens pelo interior do Estado de São Paulo rodando as 24 regionais com o intuito de auxiliar na construção das redes de saúde. Tecnicamente era um lugar muito importante de articulação intermunicipal dentro do SUS; esta foi, portanto, uma ótima oportunidade para Luísa poder ter uma percepção do ente estadual do SUS, que segundo ela, tem uma potência incrível.

O SUS, como a entrevistada explica, é constituído de três entes autônomos entre si, que são: o municipal, o estadual e o federal. Em sua experiência profissional, Luísa teve a oportunidade de atuar nestes três níveis, porém, confessa que fica triste em não ter participado de uma gestão estadual em que estivesse no poder um partido em que ela se identificasse politicamente, pois segundo ela, hoje em dia o Estado de São Paulo atua quase como um município, ao invés de exercer sua potencialidade de articulação intermunicipal.

Ao longo destes sete anos trabalhando no Estado, a entrevistada disse ter aprendido também a lidar com diferenças partidárias, sabendo compor com diferentes perfis políticos. Afinal, um estado com tantos municípios como São Paulo nunca será composto apenas por gestões de um mesmo partido; a diversidade é parte integrante dessa relação.

Quando Marta Suplicy, do PT, foi eleita prefeita da cidade de São Paulo, em 2000, o plano de municipalização do Sistema Único de Saúde que havia sido iniciado com Luiza Erundina foi retomado, porém o estrago causado pelo PAS ia além do visível, segundo Luísa. Afinal, o SUS havia amadurecido bastante nos sete anos em que São Paulo viveu o PAS, os trabalhadores da saúde que aqui ficaram estavam completamente descontextualizados e despreparados. Por este motivo, a entrevistada acredita que foi ótimo ter passado este período trabalhando no estado.

Ao retornar Luísa foi para um espaço central da secretaria, ficando responsável por duas áreas: coordenação da regulação do município, função que nunca

havia sido exercida por uma pessoa não formada em medicina, e articulação de projetos sobre violência. Através do discurso da entrevistada é possível perceber a satisfação que sentia em realizar tais funções em um governo que se identificava politicamente. Porém, no final de 2003 o secretário de saúde da cidade foi substituído por outro que decidiu colocar uma nova pessoa para cuidar de regulação, deixando Luísa apenas com os projetos sobre violência. Com isso, a entrevistada, que já havia sido convidada para participar do ministério da saúde do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva resolveu aceitar o convite.

Luísa permaneceu no ministério por dois anos e meio, sendo que nos primeiros cinco meses ficou como técnica e no restante como coordenadora desta mesma equipe. Seu departamento era responsável por pensar a relação entre o município, o estado e a união, visando criar uma agenda comum. Além disso, a entrevistada fez parte da coordenação do “Pacto pela Saúde”, pensando outro jeito da relação entre gestores, tentando quebrar a hierarquia que estava posta entre estado, município e união.

Segundo a entrevistada, através de sua experiência no ministério pode perceber que as pessoas de São Paulo ficam muito fechadas em São Paulo, são arrogantes ao acreditarem que o fato de terem trabalhado aqui lhes fornece bagagem suficiente para compreender o Brasil como um todo. Trabalhando para a união ela teve a oportunidade de “rodar o Brasil”; viajou por todas as regiões com o papel articulador de criar uma agenda comum entre os governos, entrando em contato com diferentes culturas, e aprendendo a se relacionar ainda melhor com enormes diferenças partidárias. Diferenças estas que eram encontradas também dentro do próprio ministério, afinal, estavam presentes em seu ambiente de trabalho pessoas de esquerda, de direita, pessoas de carreira, pessoas que estavam chegando naquele momento e etc.. Luísa afirma que o olhar de psicóloga a ajudou saber escutar melhor cada um, fazendo com que as relações se dessem de forma mais harmônica. Afinal, assim como em suas outras experiências profissionais, lá também existiu o desafio de fazer gestão do coletivo e de formar uma equipe sólida.

Ao comentar sobre sua experiência no ministério a entrevistada diz:

“Foram três anos que pareceram dez na minha vida”

Fala também sobre a forte hierarquia que estava presente nas relações que se formavam lá dentro:

“O ministério é muito hierárquico e eu sou muito pouco hierárquica. Quando eu estava como técnica ainda neste grupo, me convidaram para um trabalho que teria uma hierarquia maior em outro lugar, eu falei “eu não vou, eu quero trabalhar com esse objeto que está aqui”, enfim, poder quebrar um pouco essas coisas, e não valorizar tanto a estrutura, mas mais as atuações. Então muitas vezes como técnica eu consegui fazer muito mais coisas do que muitos coordenadores da época dentro da área, né? Fui indo, e falando e articulando as pessoas” (...)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi para seu segundo mandato em 2007, porém, a entrevistada voltou para São Paulo por motivos pessoais/ familiares.

Aqui, Luísa encontrou na gestão um partido no qual ela não se identificava. Durante dois anos trabalhou assessorando todos os distritos através de uma consultoria que prestava duas vezes por semana. Neste período, dentre outras coisas, ela ajudou a implantar as políticas do estado na ordem municipal, entrando assim em contato com o trabalho do “Pacto pela Saúde” que havia realizado em sua passagem pelo ministério. Um dos apoiadores deste grupo no qual Luísa fazia parte foi convidado para ser secretário de saúde da prefeitura de uma cidade do interior de São Paulo e chamou a entrevistada para ser sua adjunta. Vendo a oportunidade de ter uma experiência novamente em uma gestão na qual ela se identificava politicamente, Luísa aceitou a oferta, tinha tido duas vivências municipais com um governo que concordava, entretanto, não como secretária.

Atualmente, em seu cargo de secretária adjunta, Luísa participa de todos os processos do município relacionados à saúde. Por se tratar de uma cidade “menor”, o secretário e ela são responsáveis pela gestão da secretaria inteira, ou seja, cuidam de todas as áreas técnicas e de todos os equipamentos de saúde. Segundo a entrevistada, aquilo que é uma política sem nome no espaço

federal no município menor ganha concretude. Lá é mais fácil “fazer acontecer”, consegue fazer a disputa da grande política ao mesmo tempo que tem autonomia para pensar nos detalhes.

“Você acaba desenvolvendo outro conhecimento de gestão, mais aprofundado. (...) Você acaba tendo uma oportunidade de gestão em todos os processos da gestão, desde discutir com os trabalhadores qual é a rede de urgência, qual o papel de uma UPA, qual o papel do hospital, né? Até ir discutir com os psicólogos da rede básica como psicóloga, eu vou também lá, discuto com eles, conto minhas experiências, troco, enfim. Até ir fazer a gestão do orçamento, até ir à reunião na prefeitura, e pela primeira vez eu estou tendo a experiência de pensar a questão setorial, a gente tem muitas muitas muitas muitas ações inter-setoriais (...). Você tem chance de pensar na cidade, e isso é muito legal né? Poder pensar nas políticas públicas gerais do território como um todo e não só setorial né? Acho que tem sido uma experiência muito bacana, muito muito bacana, realmente acho que é a mais global que eu já tive. Primeiro porque eu estou no município com uma função de secretária adjunta então eu tenho que pensar no coletivo, tem uma inserção no governo, eu falo com todos os outros secretários, como porque o prefeito tem uma obsessão pela questão inter-setorial.”(...)

Luísa tem a convicção de que através do seu trabalho atual, em conjunto com o secretário, tem a chance de mostrar aos outros municípios que o SUS pode dar certo, fazendo assim uma discussão política da saúde de outros lugares do Brasil. Isso porque a cidade em que a entrevistada está trabalhando atualmente tem, por diferentes motivos, uma grande potência política no cenário nacional, podendo desta forma servir como resposta a forte opinião pública que se construiu ao longo dos anos que compreende o SUS como sinônimo de coisa que não funciona, valorizando cada vez mais o privado e seus planos de saúde. A entrevistada afirma que na secretaria está podendo experimentar a tentativa de construção de um sistema mais completo e integral, com projetos em rede, estruturados e cuidados em cada detalhe.

Todo esse engajamento acaba por fim expondo o atual desejo da entrevistada, que gostaria muito de vivenciar uma reeleição do prefeito da cidade para poder consolidar ainda mais seu trabalho.

Terminado o relato de sua trajetória, um último ponto tratado com a entrevistada foi sobre suas considerações em relação à formação atual em psicologia. Luísa comentou nesta passagem como considera importante que as universidades formem seus alunos para poderem atuar no serviço público, tendo uma preocupação curricular que apóie o conhecimento e a vivência prática nesta área. Disse já existirem instituições com tais preocupações, porém afirma que a grande massa de cursos universitários do país não segue está lógica. Para ela, existem três principais questões no contexto atual que impedem essas mudanças. A primeira seria a proliferação de escolas particulares em que o jeito de funcionar é muito regulado pelo mercado, o que influencia na qualificação dos professores disponíveis e na própria discussão dos conteúdos internos. Poucas faculdades têm, por exemplo, políticas públicas como um eixo, apresentando na maioria das vezes uma visão fragmentada do homem baseada em arranjos clássicos da psicologia. A segunda questão apontada por Luísa é a pouca transversalidade da psicologia. A entrevistada diz conhecer somente em Santos uma experiência acadêmica que de fato pratica um currículo transversal em que cursos se integram e se relacionam, fazendo estágios e disciplinas em conjunto. Para Luísa, o mundo cada vez mais exige ações interdisciplinares, são poucos problemas que o psicólogo consegue resolver sozinho, fato que pode ser aplicado à maioria das profissões. A terceira questão, segundo a entrevistada não se trata de um problema tão central quanto os anteriores, entretanto deve ser observado com atenção. Luísa afirma que o número de evangélicos que cursam psicologia está aumentando consideravelmente, o que para ela tem relação com a quantidade de psicólogos reacionários e homofônicos que existem atualmente no país. Segundo ela este é um fenômeno do qual devemos tomar cuidado, pois pode influenciar na posição da categoria como um todo, que corre o risco de ir se “endireitando”.

3.3 - Entrevista 3

- ✓ **Sujeito: Maria**
- ✓ **Dia: 24/04/2012**
- ✓ **Duração: 1:16:23**

Já no primeiro contato com Maria, realizado via telefone, a entrevistada expôs a percepção que tem em relação a sua atuação, dizendo que não trabalha com psicologia e sugerindo outra profissional para participar da pesquisa. Após ser explicado que mesmo assim existia o interesse em conversar com ela, Maria acabou aceitando o convite. A conversa, que durou cerca de uma hora e quinze minutos, ocorreu na hora do almoço do dia 24 de abril deste ano, no centro da cidade de São Paulo.

Maria é formada em psicologia há mais de trinta anos e atuou praticamente toda sua carreira na área de transportes. No início da entrevista ela foi questionada sobre o motivo de sua escolha por psicologia, o que a remeteu a uma lembrança de infância. Segue abaixo suas palavras:

“Bom, quando chega na hora de escolher a faculdade é aquela dificuldade, né? Eu não sei, eu nem me lembro muito o que me levou a escolher conscientemente. Ah! Bom, eu não sei se interessa isso para você. Eu me lembro de uma cena que eu era criança e minha irmã tinha 16 anos. Eu devia ter uns dez. E ela começou a fazer curso normal, o atual magistério né? E aí eu vi ela contando, que ela estava fazendo psicologia. Olha, agora eu me lembrei disso! Contando para uma amiga o que que era psicologia. E ela foi contando assim, e eu fui ouvindo, e eu achei super interessante. (risadas) Apesar de ela dar uns exemplos assim bem bobinhos assim, que a pessoa roe unha e você explica porque que a pessoa está roendo unha tudo, mas eu achei interessante, achei diferente. Acho que foi a primeira menção que eu tive em relação a psicologia, eu nunca tinha ouvido falar. Aí não sei, isso me pegou, esse assunto me pegou assim. Apesar que eu tive dúvidas também na hora que eu fui fazer o vestibular, fui falar com uma psicóloga para me ajudar escolher e tudo.”

O desejo da entrevistada era fazer a formação em uma universidade particular que já tinha o curso de psicologia mais estruturado em sua cidade, Curitiba. Porém, Maria passou em primeiro lugar em uma federal que estava abrindo a graduação em psicologia naquele ano e seu pai acabou a convencendo a se matricular, afinal era uma universidade gratuita. Segundo Maria, esta decisão foi ao mesmo tempo boa e ruim. O curso era muito fraco e não existiam professores qualificados para lecionarem todas as matérias, as aulas eram dadas por educadores de outras faculdades da universidade, como por exemplo, de sociologia e filosofia; faculdade não contratava novos professores, pois, por ser pública, para realizar novos concursos precisava de autorizações que só eram dadas após o cumprimento de inúmeras burocracias. Porém, por outro lado, mesmo com os problemas que enfrentou, Maria afirma ter tido sorte em conviver com um grupo de colegas interessados e inteligentes. Juntos realizavam grupos de estudos buscando suprir a defasagem que o curso deixava em sua formação, aprendendo de forma extracurricular assuntos como anti-psiquiatria, psicologia social, psicanálise, entre outros. Foi nesta época, segundo Maria, que ela se politizou, participando do movimento estudantil e do diretório acadêmico de seu campus.

“Quando eu acabei a faculdade a gente criticava a psicologia, falava que a psicologia era uma profissão que só ajudava a adaptação das pessoas à sociedade, sabe né? Tipo aquela coisa... Uma visão assim, que hoje eu reputo como uma coisa completamente imatura, mas na época a gente achava assim que era o máximo. Então que a psicologia ajudava só a adaptar o homem ao capitalismo, no trabalho principalmente, psicologia industrial também, a gente era obrigado a fazer, eu detestava. Isso aí, tudo isso aí foi formando a minha cabeça eu acho. Foi levando o meu interesse para a questão mais social, a questão mais das políticas públicas, a questão política né? Meu interesse foi mais se delineando para este lado.”

Ao se formar em 1979, Maria decidiu fazer pós-graduação com o intuito de continuar estudando, afinal, não se interessava por nenhuma das atuações que lhe tinham sido apresentadas (psicologia hospitalar, industrial e clínica) no campo da psicologia. Inscreveu-se em um curso de epistemologia na cidade de

Campinas, porém, não ficou satisfeita com sua escolha, pois as aulas eram voltadas para a epistemologia das ciências exatas e acabou se mudando para São Paulo, onde iniciou uma formação em psicologia social, permanecendo na mesma instituição de 1980-1985.

Maria iniciou seu mestrado, começou a dar aula de psicologia escolar em outra universidade, e a participar de encontros e debates no sindicato e no CRP. Como estava sendo mal remunerada em seu emprego como professora, a entrevistada procurou novas possibilidades e campos de atuação. Soube que o Metrô estava precisando de pessoas com conhecimento em psicologia social e resolveu se candidatar à vaga mesmo não se identificando com a lógica de empresa. Foi contratada para trabalhar na área de pesquisa com o usuário realizando investigações quantitativas e qualitativas, grupos de discussão, entrevistas em profundidade e etc. Gostou tanto que acabou abandonando o mestrado em psicologia social para poder se dedicar integralmente ao trabalho.

Em 1985 o Metrô vivenciava uma gestão completamente de esquerda. Segundo a entrevistada, todos os funcionários tinham muita liberdade no trabalho, viviam, em suas palavras, uma “democracia total”, realizando assembléias diárias para discutir os rumos que iriam tomar. Porém, tudo mudou em 1988. Após três ótimos anos ao lado de uma equipe politizada e engajada, uma greve, da qual Maria participou como representante dos funcionários mudou o percurso de sua trajetória profissional.

Desde 1987 o estado de São Paulo estava sendo gerido por Orestes Quécia, que começou a reagir de forma dura às greves e movimentações organizadas pelos metroviários, com o intuito de diminuir a força sindical. Quando eclodiu a greve de 1988, o governador acabou com todos os órgãos de representação que tinham dentro do Metrô e demitiu os funcionários que participavam deles, resultando assim na demissão de Maria. Neste momento, como a entrevistada era suplente da diretoria do sindicato dos psicólogos, entrou com um processo contra o Metrô alegando estabilidade sindical. Maria conseguiu assim permanecer na instituição, mas foi obrigada a mudar de área.

Quinze dias depois do ocorrido, Luiza Erundina foi eleita prefeita da cidade de São Paulo e convidou muitas das pessoas que haviam sido demitidas pelo Metrô para trabalharem na CMTC, atual SPTRANS. Maria gostou do convite e resolveu aceitá-lo, porém, como tinha conseguido refugar sua demissão, foi comissionada para a CMTC, assumindo assim o cargo de assessora de comunicação social. Permaneceu na instituição ao longo de toda gestão da prefeita Luiza Erundina. Lá, teve acesso às políticas públicas de uma forma muito mais ampla do que a vivenciava no Metrô, saindo, como afirmou, do “mundinho” da pesquisa de opinião e indo para um mundo bem maior em que teve a oportunidade de problematizar a administração pública da cidade, fazendo parte de uma prefeitura que tinha uma proposta de trabalho e de projetos dos quais se identificava muito mais.

Luiza Erundina foi responsável pela primeira gestão na história do Partido dos Trabalhadores em São Paulo. Por este motivo, ao relembrar deste período, Maria comenta que existia muita inexperiência de todos dentro do governo. Porém, ela discorre também sob a influência da imprensa na construção da imagem da prefeita, dizendo que os veículos de comunicação constantemente ridicularizavam a governante expondo com preconceito o fato de ela ser baixa, nordestina e estar acima do peso.

Com a entrada de Paulo Maluf na prefeitura em 1992, Maria se viu obrigada a retornar ao Metrô. Não permitiram que ela voltasse para a área que trabalhava anteriormente, recolocando-a no setor de atendimento ao usuário, onde era responsável por responder cartas, atender telefonemas de reclamações/sugestões, e registrar/ analisar ocorrências de acidentes. A entrevistada não gostava desta nova atividade, entretanto afirmou que era uma função mais próxima a psicologia, demonstrando ter uma visão estereotipada do profissional psicólogo. Quando questionada sobre o motivo de sua opinião, Maria respondeu: *“Ah, porque tinha essa coisa de atendimento, né? De relacionamento com o usuário, relacionamento pessoal com o usuário... Apesar de que na época nem tinham psicólogos na área, tinham muito assistentes sociais.”*

A entrevistada conseguiu então transferência para o setor de planejamento urbano e de transportes, atuando com a análise dos impactos ambientais e

urbanos do Metrô. Maria gostou muito desta área, porém se sentia desvalorizada por não ter formação em engenharia ou arquitetura como os demais. Buscou suprimir sua deficiência através da realização de cursos de planejamento urbano e de escutas como ouvinte em algumas disciplinas da pós-graduação de uma faculdade de arquitetura. Todavia, com a chegada da gestão de Marta Suplicy em 2000, Maria mudou novamente o rumo de sua trajetória profissional e foi para a prefeitura através de um comissionamento. Neste momento da entrevista ela brinca dizendo: *“O PT vem a Maria vai atrás!”*. Afirmando gostar de trabalhar em gestões que se identifica com as propostas de governo. *“Sabe, é outra coisa!”*.

Neste período, Maria atuou como assessora técnica do secretário de transportes. Segundo ela, esta experiência foi conturbada no início, mas valeu muito à pena, pois teve a oportunidade de ampliar ainda mais seu conhecimento e sua área de atuação. Nesta função, a entrevistada representava a secretaria em muitos fóruns inter-secretariais, o que, em conjunto com suas outras tarefas, fez com que ela aprendesse mais sobre o plano diretor, sua elaboração e seu funcionamento, e sobre planejamento urbano. Este foi o período em que Maria mais teve contato com a elaboração de políticas públicas, entretanto, quando questionada se via sua formação presente no caminho que sua trajetória seguiu, Maria afirmou:

“Ah, eu acho que foi minha bagagem pessoal que foi me levando para isso, que foi construindo a minha competência. Não que eu seja competente, mas eu digo assim, esse conhecimento que eu tenho foi uma bagagem pessoal que eu fui adquirindo com a experiência com o trabalho. Eu acho que a minha visão é a seguinte: Não é bem você que faz uma escolha consciente do que você quer ser, você tem alguns valores, você tem idéias, coisas que você acha legal, mas eu acho que a realidade vai te conduzindo, no meu caso, embora vamos dizer, aqui conversando com você que eu recuperei a minha história da faculdade, a minha experiência lá, eu acho que foi por causa dessa experiência que eu fui caindo nesses lugares. Mas ao mesmo tempo jamais eu pensaria na faculdade que eu ia trabalhar na área de transportes. Imagina, seria uma coisa inimaginável para mim, na área de

planejamento urbano entendeu? Não fazia parte da minha...eu não tinha esse repertório.”

Quando indagada mais diretamente como enxergava a psicologia em seu trabalho, Maria afirmou:

“É, bom... Na minha psicologia individual eu enxergo né, assim na minha vida, na minha estrutura psicológica eu enxergo, agora no trabalho que eu faço, ah eu não sei. Sabe no que que tem a ver? Vamos dizer assim, a minha atividade não é de psicólogo de maneira alguma, mas assim, a questão, a preocupação com o bem estar dos outros, né? Com o bem estar público, com, talvez ter uma sensibilidade assim para aquilo que a população sente né? Então isso aí talvez a psicologia que me ajudou. Fazer eu me identificar com a população que é usuária do transporte que necessita do transporte, que quer se locomover, tem a questão da imagem que a população faz do usuário dos órgãos de transporte e dos profissionais, a imagem das políticas públicas, então eu acho que tudo isso aí tem a ver com a psicologia né? Mas agora, o meu trabalho tem a ver mas num... Quando eu estava na área de pesquisa com o usuário eu achava que tinha muito a ver, porque a gente fazia pesquisa qualitativa, então a gente fazia uma leitura do comportamento do usuário, fazia uma interpretação nas entrevistas, usava bastante coisa qualitativa, inclusive aplicava técnicas qualitativas de entrevista, tinha uma fundamentação psicanalítica, assim, de reconhecer o conteúdo latente nas entrevistas, era bem legal. Então eu acho que tinha bastante isso. Quando eu vim pra cá diminuiu bastante, eu fui mais assim. Atualmente eu trabalho mais com dados sócio econômicos analisando o perfil da população, analisando a condição de vida e também tem uma parte que a gente faz pesquisa qualitativa”.

Sobre o tema disse ainda:

“Eu acho que assim, como eu te falei, a psicologia o que ela me fez: ela me ensinou a me identificar com o outro assim como a política me fez olhar para o coletivo, não para o individual. Então eu juntei as duas coisas, eu acho que eu peguei assim na política pública você se identifica com o outro, quer saber as expectativas, as necessidades, o

impacto que aquela medida tem na população tanto para melhorar, quanto para piorar, você pode piorar muito uma condição de vida com alguma política pública excluindo alguém daquela política. Então eu acho que você pode piorar. Você às vezes causa um impacto muito grande. A psicologia me ajudou a dimensionar isso né?! O impacto disso. Não é assim uma questão de números, ah, diminuiu 2% da renda, ou 2% de desemprego a mais ou a menos parece pouco, mas me deixou sensível para imaginar o que significa isso nas famílias né, na estrutura da família. Eu acho que eu me identifico muito com esse lado, o lado das necessidades humanas, então eu acho que isso a psicologia me deu, me humanizou, me fez enxergar esse lado.”

Maria ficou na secretaria dos transportes até o final da gestão da prefeita Marta Suplicy. Assim que o candidato José Serra assumiu a prefeitura em janeiro de 2005, a entrevistada teve que retornar ao Metrô, sentindo assim, a mudança de sair de um cargo de confiança em que participava das decisões, para voltar novamente a ser uma analista, função na qual recebia um salário inferior ao da secretaria e tinha menos liberdade. Felizmente desta vez a entrevistada conseguiu retornar para a área de planejamento, setor do qual ela gosta e se identifica. Porém, comentou sobre o enorme preconceito que sofre por ter uma formação em Humanas.

“Quando eles não querem me ofender, que eles querem me elogiar de alguma forma eles falam que eu sou socióloga. (risos) Eles sabem que eu não sou da área de exatas, então é alguma coisa de Humanas, o mais provável é que seja sociologia, agora psicologia ninguém pensa. Mas eu acho assim, a psicologia me abriu as portas, entendeu? Ter um diploma na mão é importante, mas eu acho que eu penso assim: no mínimo, hoje eu penso, eu deveria ter feito no mínimo feito a pós-graduação em arquitetura, porque aí eu ia ter um título aceitável para eles entendeu? Porque... eu sou discriminada. Assim, eles podem achar até que eu estou fazendo uma coisa interessante, mas sabe “aquela lá é psicóloga...” (risos). “Como que ela está falando?” Sabe assim? Mas hoje me falaram que o Niemeyer também, ele ganhou título depois que ele fez Brasília, que ele não tinha título de arquiteto.”

Maria em seguida afirma acreditar que nem todos os lugares são tão preconceituosos como o Metrô, ela associa a discriminação que sofre ao fato de trabalhar em uma companhia com estrutura arcaica, formada em sua maioria por homens engenheiros e arquitetos. Segundo ela, o Metrô em seu início foi uma empresa dinâmica e desbravadora, porém, após a entrada de gestões mais conservadoras com políticos do PSDB na prefeitura, no estado e na união, se fortaleceu a imagem de que o Estado deveria diminuir e que a privatização dos órgãos estatais era boa e necessária. Com isso, segundo Maria, o Metrô ficou muito tempo parado, sem construir novas linhas ou renovar suas políticas internas, o que contribuiu para a permanência de um RH conservador que não preza por equipes interdisciplinares.

A entrevistada terminou seu relato contando que há um mês havia sido promovida ao cargo de coordenadora da equipe em que atua. Em sua fala, é possível perceber que ela está satisfeita com o rumo que sua vida tomou, gostando dos assuntos que discute em seu dia a dia de trabalho. Porém, desde o início da entrevista ficou evidente o como nem mesmo a própria entrevistada valoriza seu trabalho, sempre enfatizando que não teve uma formação adequada para sua função, tendo dificuldade de enxergar as contribuições que sua formação propiciou para outro olhar sobre o mesmo objeto que sempre foi visto por engenheiros e arquitetos.

4. REFLEXÕES SOBRE UM CAMPO

Ao buscarmos compreender tais trajetórias como uma forma de aproximação a um mundo social que se configura a partir destas práticas não tão usuais da psicologia, é interessante pensarmos nos caminhos que cada uma destas subjetividades trilhou que as colocaram em contato com as políticas públicas de nosso país, passando pelo momento histórico no qual estavam inseridas, bem como as peculiaridades de cada história, desde sua formação universitária, passando pela militância e seus ideais políticos, chegando até as diferentes atuações em cargos técnicos, de gestão e de articulação política, permitindo assim, a construção de uma visão plural da profissão.

Cada história aqui relatada é impar, porém, cada uma de seu modo expõe uma faceta de um coletivo que aos poucos se estabelece como possibilidade de escolha entre estudantes de psicologia. Gabriela, Luísa e Maria contam de caminhos em que estão relacionadas vida pessoal e profissional inseridas em um determinado contexto político e social. Coincidentemente ou não, as três entrevistadas tinham/têm opiniões políticas e visões de mundo que podem ser consideradas de esquerda. Isso pode expressar uma característica da área de políticas públicas, ou apenas evidenciar como o fato de todos os sujeitos terem sido encontrados através dos mesmos contatos influencia no perfil encontrado.

A trajetória profissional de Gabriela foi composta por diferentes cargos em empresas públicas, do terceiro setor e privadas, em funções técnicas e de gestão, nas quais a maioria das vezes estava no poder um partido com o qual ela se identificava politicamente. No início de sua vida profissional estava confusa com o rumo que sua carreira ia tomar, após achar a área que se identificava se sentiu atuando em prol da sociedade e ficou mais satisfeita com suas escolhas. Por ser mais nova que Luísa e Maria, Gabriela vivenciou outro período político da história de São Paulo, do país e da própria profissão. Sua trajetória evidencia a precariedade da remuneração paga aos servidores públicos, que é contrastada com o mundo regado e inseguro das empresas privadas, porém, já em um contexto com um leque maior de opções de atuação dentro da profissão.

Luísa apresentou um caminho incomum em sua trajetória, logo no início de sua carreira teve contato com a lógica do governo federal, só em seguida atuando em cargos do Estado e da prefeitura de São Paulo. Assim como as demais entrevistadas, Luísa não estava satisfeita com as possibilidades de atuação que lhe foram expostas na faculdade, mas, assim que se identificou com o campo das políticas públicas teve certeza de seu caminho, tornando-se uma profissional engajada e politizada dentro da área da saúde. Em sua trajetória é possível perceber a importância que a passagem por cargos técnicos tem para a formação de um gestor, da mesma forma que a vivência em diferentes níveis, municipal, estadual e federal. Outro tema muito abordado ao longo da entrevista de Luísa é a influência que a identificação com o governo que está no poder, independentemente do cargo em que está exercendo, tem no seu dia a dia de trabalho.

A trajetória de Maria por outro lado, evidencia como a atuação em áreas em que não exista uma inserção da categoria muito bem estabelecida pode influenciar na visão do profissional em relação a se sentir atuante em sua profissão ou não. A entrevistada teve dificuldade em se perceber psicóloga ao planejar a estrutura do Metrô e do transporte da cidade como um todo. Sua graduação, de certa forma, corroborou para a construção de concepções estereotipadas que muitas vezes ela apresenta da profissão. Em sua fala, ao comentar sobre a época em que atuou com atendimento ao usuário, fica nítida a correlação que ela faz entre o modelo clínico e a atuação em psicologia, o que demonstra que fora do campo da saúde, do serviço social e da educação, a psicologia tem um longo caminho a seguir para estar de fato inserida e tida como visão possível e necessária.

As entrevistadas de modo geral, tiveram uma formação que focava a atuação do psicólogo na clínica, ou no máximo em hospitais e empresas. Mesmo Gabriela, que é um pouco mais nova que as demais entrevistadas, também vivenciou esta situação, principalmente na universidade em que estudou em São Paulo. Como vimos no início deste trabalho, na época em que as entrevistadas realizavam suas graduações em psicologia o país estava

passando por um longo período ditatorial que muito interferiu no conteúdo acadêmico que chegava até elas.

Podemos identificar em todas as entrevistadas uma vontade de buscar novas formas de atuação além daquelas que lhe tinham sido apresentadas na faculdade. Enquanto Luísa conheceu o setor público através do ministério da saúde, Gabriela se identificou com o aprimoramento em saúde do trabalhador e Maria buscou uma formação em psicologia social. Os motivos que as levaram a cursar psicologia foram diversos e distintos, porém, ao ingressarem na universidade todas discorrem sobre um primeiro contato com a militância através dos centros acadêmicos e movimento estudantil presentes em seus respectivos campus que as introduziram no mundo da política já na época de seus estudos. Como foi dito no início deste trabalho, as entrevistadas realizaram suas formações em uma época em que a esquerda ficou mais presente dentro das universidades, pois estes eram espaços em que existia uma abertura maior, ainda que pequena, para se discutir a política do país.

A militância aparece como uma característica forte nas trajetórias de todas as entrevistadas, seja através do próprio trabalho ou de movimentos sociais, os ideais políticos movem estas pessoas e dão energia para elas seguirem adiante. Independentemente das condições precárias que podem vivenciar com a baixa remuneração e ambientes de trabalho inadequados, elas acharam soluções para continuarem exercendo funções que acreditam ser importantes para a sociedade e para a diminuição da desigualdade em nosso país, corroborando assim para que toda a população tenha cada vez mais acesso aos seus direitos básicos.

A vivência da militância dentro ou fora do trabalho se dá a partir do grau de identificação que as entrevistadas têm com o governo que está no poder. Luísa ao discorrer sobre sua trajetória deixa muito clara esta diferença. Ela comenta sobre certa indissociabilidade entre a militância e a gestão, afirmando que se sente militando o tempo todo enquanto está trabalhando, porém, quando questionada se sentia isso mesmo quando estava atuando em governos dos quais não concordava com a postura política, a entrevistada afirmou:

“Aí na verdade, quando eu estava no governo do Maluf ou quando eu estava no governo do Estado, a minha militância não era exatamente enquanto eu estava na gestão. Eu usava aquele meu trabalho na gestão para qualificar a minha militância no social. Então eu ia para a reunião de plenária de saúde popular, eu levava informações privilegiadas de como estava a gestão no Estado, onde é que estava o furo, onde é que estava o problema, enfim. Mas aí era no espaço da militância política mais eficiente, né? Então eu sempre participei da plenária de saúde, do sindicato, da luta antimanicomial, dos movimentos, né? Agora quando eu estou na gestão de um partido que eu me sinto fazendo parte do governo, isso fica indissociável mesmo, porque você está o tempo todo na discussão política, o tempo todo na disputa do projeto, o tempo todo fazendo a marcação de posição, então, eu brinco que eu não estou conseguindo mais ir no fórum social da luta antimanicomial, mas que eu estou militando aqui de fora, em um embate com o governo federal, vendo o que a gente pode fazer, aí a gente vai lá e fala com o ministro, e fala com não sei quem, enfim. Então nesse sentido eu acho que quando o governo é um governo que você se sente mais afinado a militância fica mais colada, quando não, você acaba fazendo um pouco mais, né?”

O Conselho Regional de Psicologia, bem como o Conselho Federal de Psicologia foram órgãos muito utilizados pelas entrevistadas como um veículo para a militância. Além disso, o CRP serviu como ferramenta para que Gabriela, Luísa e Maria pudessem se apropriar de assuntos dos quais não tinham contato em seu dia a dia de trabalho, dando subsídio para atuações posteriores. Mais ainda, este órgão é em si uma via alternativa para atingir justamente o objeto de estudo desta pesquisa: a elaboração, com o auxílio da psicologia, de políticas públicas das diferentes áreas de um governo. Coincidência ou não, todos os cinco entrevistados, apresentaram em algum momento de suas trajetórias um envolvimento com os conselhos da profissão. Os CRPs são vistos como dispositivos poderosos para o estabelecimento da psicologia em outras áreas; através deles são conquistados espaços, são debatidas novas idéias e possibilidades e são propostos outros olhares. Um

exemplo disso são as pesquisas realizadas pelo CREPOP exposto no início deste trabalho.

Quando falamos do trabalho com políticas públicas, seja através de uma atuação técnica, de gestão ou de articulação política, automaticamente nos referimos à presença de profissionais de diferentes áreas trabalhando em conjunto. Por este motivo as equipes interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares foram tema de todas as entrevistas. Em um cargo de psicóloga dentro de uma UBS, Luisa e Gabriela, por exemplo, tiveram que se relacionar com fonoaudiólogos, fisioterapeutas, médicos, assistentes sociais, entre outros, construindo projetos em conjunto e executando suas funções diárias. Como gestoras de uma equipe ou de uma UBS como um todo, as entrevistadas também precisaram, desta vez em um cargo de chefia, trabalhar com outros profissionais e suas peculiaridades. Para ambas, esta vivência foi rica e permitiu muito aprendizado através da pluralidade de olhares sob um mesmo problema. Por fim, quando se trata de cargos em que existe mais diretamente uma elaboração de diretrizes de políticas públicas, como quando Luísa atuou no Ministério ou na secretaria da saúde e Maria na secretaria de transportes do município de São Paulo, esse contato com outras áreas é ainda mais intenso e constante, até por causa do baixo número de psicólogos que atuam nessas funções quando comparado com outras profissões como advogados, engenheiros e administradores por exemplo. Nestas experiências, Luísa e Maria assumiram cargos não exclusivos a psicólogos, porém, o que buscamos aqui é compreender justamente a contribuição do olhar desta formação, psicologia, para as questões que são colocadas às pessoas que atuam nestes cargos.

As visões que Gabriela, Luísa e Maria têm da presença da psicologia em cada um dos cargos em que atuaram ao longo de suas vidas em alguns momentos se completam e em outros são dispares, porém, de qualquer forma tais falas demonstram o papel impar que a psicologia pode assumir frente à elaboração de políticas públicas. Luísa e Gabriela ao comentarem sobre seus cargos de gestão, afirmaram que a psicologia sempre esteve presente em suas atuações. Luísa vai além e comenta que para ela todos os gestores são gestores com

suas formações específicas, suas profissões de origem. Ambas explicam ainda, que a formação em psicologia as ajudou a lidar com o trabalho em equipe e com processos de conflito dentro do ambiente de trabalho.

“Eu sou psicóloga, então todo o tempo a psicologia está presente em mim” - Luísa

“O meu olhar é um olhar da minha formação” – Gabriela

Além destes pontos, também foi comentado por Luísa que a psicologia a auxilia em ações inter-setoriais por transitar em diferentes campos, permitindo que seus profissionais tenham uma visão ampla, sem focar só no específico. Maria, após refletir, percebeu a peculiaridade de seu olhar frente às questões que enfrenta em seu dia a dia de trabalho em que prima pelo bem estar público, associando a preocupação que tem com o bem estar dos outros e sua sensibilidade para com as necessidades da população a sua formação em psicologia. Por fim, Gabriela e Maria falam ainda de como os recursos teóricos da profissão as deixaram atentas aos conteúdos, análises e interpretações dos fatos.

Outro tópico tratado em todas as trajetórias foi a visão das entrevistadas em relação à formação em psicologia da atualidade, para que assim fosse possível fazer uma correlação entre a experiência que elas tiveram e a imagem que têm da graduação dos dias de hoje. Ao mesmo tempo em que as entrevistadas acreditam que o ensino tenha melhorado e que a própria profissão ampliou suas possibilidades, as entrevistadas comentam também sobre a permanência de um foco na atuação clínica, entretanto, alegando que cada vez mais os alunos têm a possibilidade de experienciarem outros estágios obrigatórios que os apresentam diversas áreas de atuação. Luísa lembra da importância de uma formação que tenha intercâmbios com outros cursos, afirmando que está é uma das deficiências até das melhores universidades de psicologia do país.

Este trabalho de forma alguma alega que o modelo clínico não seja válido para o campo da psicologia, muito pelo contrário. A clínica é e sempre será um dos possíveis campos de atuação do psicólogo e muito tem a contribuir para a sociedade. O que se defende aqui é a importância da presença da psicologia de forma ampla e estabelecida nos diferentes setores das políticas públicas. As

possibilidades de atuação, contribuindo com diferentes olhares e foco, são muitas e de suma importância para se pensar sobre a sociedade como um todo. Existem diversos campos a serem explorados, visitados e revisitados por um olhar que englobe o sujeito de forma integral inserido em seu contexto histórico e social. Este trabalho pretende ser um entre muitos outros que possam vir a contribuir para a introdução desta categoria na área pública de forma consciente e profissional. O mundo social em foco não é composto de práticas exclusivas da psicologia, porém, coloca em debate a peculiaridade de um olhar e a importância da pluralidade em toda e qualquer área.

Dependendo da área em que o psicólogo vá atuar, será necessário fazer especializações, cursos ou imersões teóricas para que ele esteja apto a contribuir para a construção das políticas públicas de seu setor de forma profissional e qualificada, entretanto, é sempre válido lembrar da presença que sua formação inicial terá em seu trabalho e fará parte de sua rotina, por mais que não seja da maneira usualmente concebida pelos demais psicólogos. A própria entrevistada Maria, é um bom exemplo desta possibilidade, que muitas vezes é difícil de ser compreendida até mesmo por ela, visto que se trata de um campo fortemente constituído, até então, por profissionais de no máximo duas formações diferentes (engenharia e arquitetura).

O exercício proposto é um constante repensar na psicologia pela própria psicologia, revisitando, revendo e reavaliando a todo o tempo a formação, qualificação, atuação e inserção da psicologia, entrando em contato com as possibilidades que se abrem à profissão.

FIM

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BETTOI, W. **Natureza e construção de representações sobre a profissão na cultura profissional dos psicólogos:** Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003

BEZERRA Benilton J. **A noção de indivíduo: reflexão sobre um implícito pouco pensado:** Dissertação de Mestrado, Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1982

BOCK, A. M. B. [entrevista] A psicologia no Brasil. In:_____ **Psicologia, Ciência e Profissão:** 2010, 30 (num. esp) p.246-271

BOCK, A. M. B. **Psicologia e compromisso social:** São Paulo: Cortez, 2003

BOCK, A. M. Superando as concepções tradicionais: o ponto de vista das entidades. In:_____ A. M. Bock (Org.), **Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia.** São Paulo: EDUC/Cortez, 1999. p. 77- 167.

BORDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In:_____ **Usos e abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1996.

BOURDIEU, Pierre: **Esboço de auto-análise:** São Paulo. Companhia da Letras, 2005

CABANES, Robert. Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações. In:_____ TELLES, Vera da Silva, CABANES, Robert (orgs). **Nas tramas da cidade.** São Paulo: Editora Humanitas/IRD, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **IV Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas.** Maceió, 2007

DIMENSTEIN, Magda. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia.** 5(1), p.95-121, 2000.

DIMENSTEIN, Magda. O psicólogo e o compromisso social no contexto da saúde coletiva. **Psicologia em Estudo**: Maringá, v. 6, n. 2, p. 57-63, jul./dez. 2001.

FERREIRA NETO, JL. **A formação do psicólogo** - Clínica, social e mercado: São Paulo: Escuta, 2004.

FREIRE DA SILVA, Carlos. **Da ilusão bibliográfica a trajetória construída**: Departamento de Sociologia - USP (mimeo), 2007

FREIRE DA SILVA, Carlos. **Trabalho informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecções em São Paulo**. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2008.

GERMANO, J. W. **Estado militar e educação no Brasil (1964/1985)**: São Paulo: Cortez, 1993

GONÇALVES, M. G. M. & BOCK, A . M. B. Desenhando a psicologia: uma reflexão sobre a formação do psicólogo. **Psicologia Revista**: 2. 1996, p.141-150

GONÇALVES, M. G. M.; BOCK, Ana M.B. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In:_____ BOCK, Ana M. B.; GONÇALVES, M. Graça M. (Org.). **A dimensão subjetiva da realidade: leitura sócio-histórica**: São Paulo: Cortez, 2009, p.116-157

GONÇALVES, Maria da Graça M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**: São Paulo: Cortez, 2010.

MELLO, S. L. **Psicologia e profissão em São Paulo**: São Paulo: Ática, 1975

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1990

REIS, CAROLINA DOS; GUARESCHI, NEUZA M F **Encontros e desencontros entre Psicologia e Política**: formando, deformando e

transformando profissionais de saúde. Brasília: Psicol. cienc. prof. vol.30 no.4, 2010.

SAADALLAH, M. M. A psicologia frente às políticas públicas. In:_____ MAYORGA, Claudia e PRADO, Marco Aurélio Maximo (Orgs.) **Psicologia social: articulando saberes e fazeres**: Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

SILVA, R. C. A formação em psicologia para o trabalho na saúde pública. In:_____ F. C. B. Campos (Org.), **Psicologia e saúde: repensando práticas**: p. 25-40. São Paulo: Hucitec, 1992

SZYMANSKI, Heloisa **A Entrevista na Pesquisa em Educação: a prática reflexiva**: Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

YAMAMOTO, Oswaldo H.; CARVALHO, Denis B. C. Psicologia e políticas públicas de saúde: anotações para uma análise da experiência brasileira. Revista Eletrônica: Psicologia para América Latina. **Revista de la Unión Latinoamericana de Psicología**

YAMAMOTO, Oswaldo H; Oliveira Isabel F. **Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos**: Teor. e Pesq. vol.26 no. Spe: Brasília, 2010.

Site consultados

: <http://crepop.pol.org.br/novo/register>

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=1124

<http://crepop.pol.org.br/novo/wp-content/uploads/2011/12/Doc-Gestores-SUAS.pdf>

7. ANEXO:

Termo de Consentimento

Eu, _____, RG _____, aceito voluntariamente participar da pesquisa “*A atuação do Psicólogo no campo da gestão das Políticas Públicas*”, desenvolvida pela aluna Camila Ramos Verdun da Faculdade de Psicologia da PUC SP.

Tenho conhecimento, conforme exposto pela pesquisadora, de que a pesquisa objetiva apreender em que consiste a atuação do profissional psicólogo no campo das políticas públicas, e como se dá.

Autorizo a utilização das informações por mim fornecidas na referida pesquisa, assim como sua transcrição para os fins do referido estudo. Estou ciente de que dados que permitam minha identificação serão omitidos em qualquer forma de publicação da pesquisa a fim de garantir meu anonimato. Tenho ciência também de que posso encerrar minha participação na pesquisa em qualquer momento.

São Paulo, ____ de _____ de 2012.

Assinatura